



**PREGÃO ELETRÔNICO
MODO DE DISPUTA ABERTO
CARÁTER SIGILOSO DO PREÇO ESTIMADO
EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024

Processo Administrativo nº 00.089.178/2023-1

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, por meio do Departamento de Licitações e Contratos - LICON, sediada junto a Rua Orivaldo M. de Souza, 40, Bairro Ribeirão do Lipa, Cuiabá – MT realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço** nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho 2016, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e IN 02/ECSP/2023, e as exigências estabelecidas nesse Edital.

Data da sessão: 22 de março de 2024.

Horário: 10h00min (horário de Brasília - DF)

Local: Bolsa de Licitação – www.blil.org.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE ANESTESIOLOGIA** PARA ATENDER OS HOSPITAIS: HOSPITAL MUNICIPAL DRº LEONY PALMA DE CARVALHO – HMC E HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB AMBOS GERIDOS PELA EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA - ECSP, de acordo com as especificações e quantitativos contidos neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por menor preço por lote único.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote único, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Empresa Cuiabana de Saúde Pública para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão: 16 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 501- Empresa Cuiabana de Saúde Pública

PAOE: 2432 – Ações de Serviços Médico-Hospitalares e Ambulatoriais do HMC
2433 – Ações de Serviços Médico-Hospitalares e Ambulatoriais do HMSB

Natureza: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 659 – Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.

3.2. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, no âmbito estadual ou municipal, responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

3.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



3.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao todo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente, do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.bll.org.br. (Art. 127, § 2º da IN 02/ECSP/2023).

4.2. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 127, § 2º, III, da IN 02/ECSP/2023);

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

4.5. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais bem como dos documentos anexados na plataforma e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através dos telefones: (41) 3097.4600 - Curitiba-PR, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

Nota explicativa 01: O credenciamento exigido no Art. 127 da IN 02/ECSP/2023 constitui-se em cadastro prévio de identificação, com a finalidade de agilizar o procedimento e permitir a efetiva participação dos interessados no certame.



Nota explicativa 02: A Empresa Cuiabana de Saúde Pública, através de Termo Cooperação Técnica/Licença de Uso de uso do Software passou a realizar seus Pregões Eletrônicos através da plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, e aquele que deseje participar na forma de licitante, terá que se cadastrar inicialmente no Portal da BLL, ao qual implicará pagamento de taxa de utilização da plataforma à BLL, conforme termo de adesão da própria.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que comprovarem por meio de documentação que a atividade da empresa é pertinente e compatível ao objeto desta licitação e que atendem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos e que estejam, obrigatoriamente, cadastrados no sistema eletrônico utilizado neste processo;

5.2. Caberá ao licitante interessado em participar dopregão:

5.2.1. Credenciar-se previamente ao Sistema Eletrônico, no site www.bll.org.br. (Art. 127, § 2º da IN 02/ECSP/2023).

5.2.2. Remeter, no prazo estabelecido, **EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA**, os documentos de habilitação e proposta conforme estabelecido **nos itens 6 a 10 deste edital** e, quando necessário, os documentos complementares. (Art. 127, § 2º, II, da IN 02/ECSP/2023).

5.2.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 127, § 2º, Inciso III, da IN 02/ECSP/2023).

5.2.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (Art. 127, § 2º, Inciso IV, da IN 02/ECSP/2023).

5.2.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso. (Art. 127, § 2º, Inciso V, da IN 02/ECSP/2023).

5.2.6. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; (Art. 127, § 2º, Inciso VI, da IN 02/ECSP/2023), e;

5.2.7. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio. (Art. 127, § 2º, Inciso VII, da IN 02/ECSP/2023).

5.3. A participação nessa licitação significa:

5.3.1. Que a licitante e seus representantes leram este edital, conhecem e concordam plenamente com as instruções, deveres e direitos aqui descritos;

5.3.2. Conhecem a legislação desta modalidade de licitação, bem como àquelas que indiretamente a regulam e conhecem e entendem a dinâmica e operacionalização do pregão em sua forma eletrônica;

5.3.3. Tem plena ciência de que não cabe, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens, das condições de fornecimento ou participação ou questionamento quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente todo o edital, e demais documentos anexos;

5.3.4. Caso tenham dúvidas das exigências contidas no edital, deve a (o) licitante solicitar esclarecimentos nos termos do **item 23** deste edital, ou, caso necessário impugnar o certame nas mesmas condições do item 23.



5.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 5.4.1.** Que se enquadre em algum impedimento elencado no artigo 38 da Lei 13.303 de 2016;
- 5.4.2.** Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 5.4.3.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 5.4.4.** Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o TCU ou com a administração pública, durante o prazo da sanção aplicada;
- 5.4.5.** Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 5.4.6.** Empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- 5.4.7.** Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- 5.4.8.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.4.9.** Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- 5.4.10.** Que estejam sob falência ou estejam sob concurso de credores, insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.
- 5.4.11.** Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a.** Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
 - b.** De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante
- 5.4.12.** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 5.5.** Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 5.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante deverá em campo próprio do sistema eletrônico anexar as seguintes declarações:**
- 5.6.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 5.6.1.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a empresa deverá ser cadastrada no sistema eletrônico como ME;
 - 5.6.1.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, caso não esteja cadastrada no sistema eletrônico como ME, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.6.2.** Declarar que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 5.6.3.** Declarar que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame; ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



- 5.6.4.** Declarar que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.6.5.** Declarar que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.6.6.** Declarar que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- 5.7** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 6.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 6.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (Art. 127, § 2º, Inciso IV, da IN 02/ECSP/2023)
- 6.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 6.6.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1.** Valor por lote único;
- 7.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência e anexos;
- 7.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.
- 7.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.



7.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também poderá ser desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo menor preço por lote único.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações. (Art. 129, I da IN 02/ECSP/2023).

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24h00min (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. O Critério de julgamento adotado será o menor preço conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance será considerado empatado com a primeira colocada.

8.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.25. Havendo eventual empate entre 02 (duas) propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 55 e incisos, da Lei nº 13.303, de 2016.

8.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.26.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.26.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



8.26.2.1. A proposta readequada deverá ser elaborada com desconto linear em conformidade com o sistema, não será permitido jogo de planilha entre os itens do lote.

8.26.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, até de findo o prazo.

8.27 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 3º da IN 02/ECSP/2023.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1.455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1 considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

9.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



9.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.10.1 Caso o Pregoeiro decida analisar os documentos de habilitação do vencedor de imediato, estará informando aos licitantes via chat, que deverão ficar aguardando pelo resultado, que logo após será aberto prazo recursal.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.1.1. Para a consulta de licitante pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.2. A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.5. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.1.8. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feitas pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(s) válida(s).

10.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será



convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de inabilitação.

10.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.5.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.6. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.7. Habilitação jurídica:

10.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

10.7.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Empresarial e Integração - DREI;

10.7.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.7.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.7.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.7.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos



tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

10.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.8.5. Prova de **inscrição** no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.8.6. Certidão de Regularidade com a **Fazenda Estadual**, a Certidão Regularidade de Débito Fiscal (CND) expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda e/ou Finanças do domicílio tributário da licitante.

10.8.7. Certidão de Regularidade de **Dívida Ativa** de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário da empresa. (Ressalvam-se os casos de unificação de certidão por força de legislação Estadual, quando será aceita a certidão unificada).

10.8.8. Certidão de Regularidade de Débito **Municipal**, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;

10.8.9. Certidão de Regularidade de **Dívida Ativa** de competência da Procuradoria Municipal do respectivo domicílio tributário da empresa (Ressalvam-se os casos de unificação de certidão por força de legislação municipal, quando será aceita a certidão unificada).

Nota explicativa 03: Em caso de as Certidões serem unificadas esta informação terá que estar explícita no documento ou o licitante deverá através de outro documento idôneo demonstrar que a certidão é de fato unificada.

10.8.10. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.8.11. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.9. Qualificação Econômico-Financeira.

10.9.1. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE, notas explicativas, etc.) DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devidamente registrado ou arquivado na junta comercial, cartório ou Receita Federal (SPED ou ECD), juntamente com os Termos de Abertura e de Encerramento, fundamentado nos (arts. 1.181 e 1.184 § 2º da Lei 10.406/02, e a Interpretação Técnica ITG 2000 (R1), aprovada pela Resolução CFC 1330/11;

10.9.1.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte, que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei nº. 11.488/07 estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais, **assim, para a presente licitação, é OBRIGATÓRIA a apresentação desta peça.**

10.9.1.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.9.1.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.



10.9.1.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.9.1.5 NÃO serão admitidos balanço patrimonial, DRE e termos de abertura e encerramento, parte em "Livro Diário", parte em "Registro Digital" ou parte em "ECD" ou "SPED". Devendo o licitante optar por uma das formas de apresentação.

10.9.2. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante apresentação de planilha com obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 01 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.9.3. Caso o resultado de qualquer dos índices seja menor que 1 (um), o Licitante deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, a fim de comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) sobre valor estimado da contratação ou dos itens pertinentes.

10.9.4 JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES CONTÁBEIS

Depreende-se, preliminarmente, quatro características a respeito da forma de se apurar a qualificação econômico-financeira do licitante:

- a) boa situação financeira deverá ser comprovada de forma objetiva, ou seja, concreta, exata;
- b) os índices contábeis deverão estar expressos no ato convocatório;
- c) o índice escolhido deverá estar justificado no processo; e
- d) será vedada a utilização de índices não adotados usualmente.

Realizada pesquisa na legislação específica e em órgãos que promovem procedimentos licitatórios, constatou-se a utilização dos seguintes índices contábeis, conclusivamente, os mais adotados no segmento de licitações:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – ILG

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – ILC

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL – ISG

$$ISG = \frac{\text{Ativo}}{\text{Total}}$$



Passivo Circulante + Passivo não Circulante

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Para os três índices colacionados (ILG, ILC e ISG), o resultado "> 1" é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc), melhor será a condição da empresa.

ÍNDICES CONTÁBEIS – Situação – ILC, ILG e ISG

- < (menor) que 1,00: Deficitária
- 1,00 a 1,35: Equilibrada
- (maior) que 1,35: Satisfatória

Diante de todo o exposto, conclui-se pela adoção dos índices que retratam situação financeira equilibrada e que aumentam consideravelmente o universo de competidores:

- ILG: maior ou igual a 1,00; e
- ISG: maior ou igual a 1,00.

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

Ante o exposto, a exigência do Edital nada mais fez que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação EQUILIBRADA é o mínimo que a Empresa Cuiabana de Saúde Pública deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato. Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um "mínimo" de segurança na contratação.

10.9.5 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

expedida pelo distribuidor da sede da licitante para este fim, datada de no máximo 180 (cento e oitenta) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

- a)** Para as praças onde houver mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas tantas certidões quantos forem os cartórios, cada uma emitida por um distribuidor.

10.9.6 As empresas interessadas em participar do referido processo licitatório que estejam em processo de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL** deverão apresentar:

- a).** Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº. 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

a.1). Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

a.2). Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

10.10. Qualificação Técnica

10.10.1 Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível(is) de SERVIÇOS DE ANESTESIOLOGIA, podendo o(s) mesmo(s) ser(em) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove o fornecimento do objeto do presente Termo de Referência, caso o(s) atestado(s) seja(m) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado, preferencialmente ser (em) apresentado(s) com firma reconhecida em cartório;



10.10.1.1 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante.

10.10.1.2 Apresentar Registro da Empresa no Conselho competente (CRM) da sede da Empresa.

10.10.1.3 Apresentar Declaração que a empresa deverá comprovar a equipe técnica quando da assinatura do contrato, a comprovação dos profissionais será mediante a apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou contrato de trabalho. Caso o profissional seja sócio ou proprietário da empresa, o mesmo deverá comprovar através do Estatuto ou Contrato Social registrado na Junta Comercial, ficando consignado prazo de até 10 dias após a assinatura para composição total da equipe com a respectiva anuência dos profissionais;

10.11 Qualificação Técnico-Profissional:

10.11.1 Apresentar Comprovação do Responsável Técnico da empresa mediante Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), com a devida comprovação;

10.11.2 Certificação de conclusão de ANESTESIOLOGIA do Responsável Técnico com registro junto ao órgão regulador da especialidade.

10.11.3 A Comprovação de vínculo do Responsável Técnico com a empresa. O vínculo profissional poderá ser comprovado por intermédio do contrato social (se sócio), ou da carteira de trabalho, ou do contrato de prestação de serviço, ou ficha de registro de empregado, ou outro documento correspondente.

10.12 Documentações Complementares:

10.12.1 - A licitante deverá apresentar as declarações solicitados no **item 5.6** do edital.

10.12.2 – **Apresentar declaração** de que disponibilizará toda a equipe de profissionais para execução dos serviços em até 10 (dez) dias úteis **após a assinatura do contrato.**

10.12.2.1 A comprovação dos profissionais será mediante a apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou contrato de trabalho. Caso o profissional seja sócio ou proprietário da empresa, o mesmo deverá comprovar através do Estatuto ou Contrato Social registrado na Junta Comercial, quando da assinatura do Contrato.

10.13. **Da visita Técnica/Vistoria:**

10.13.1 A Empresa licitante **poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços**, examinando as áreas do Hospital, pertinente a este objeto, e eventuais dificuldades para execução dos serviços;

10.13.2A **vistoria não é de caráter obrigatório**, podendo a empresa licitante participar de todo o certamente, mesmo que não vistorie o local;

10.13.3 A empresa licitante que optar pela não vistoria do local não poderá, em hipótese alguma, descumprir qualquer regra, decisão de acordo consequente deste Termo, devendo ainda apresentar a Declaração de Dispensa de Visita/Vistoria, conforme **Anexo IX**, empresa que não vistoriar o local será tratada nas mesmas condições daquela que vistoriou.

10.13.4 Caso a empresa opte por realizar a visita/vistoria a mesma deverá apresentar a Declaração de Visita/Vistoria conforme **Anexo VIII.**

10.13.5 A empresa licitante que optar pela vistoria deverá agendá-la em dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, no setor de Diretoria Técnica - HMC, devendo ser efetivada em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública, deverá agendar encaminhando a solicitação por e-mail para: **E-mail: diretoriatec.hmc@cuiaba.mt.gov.br**.

10.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada, no prazo de 5 dias úteis, após a verificação da habilitação, para comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado



por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.15. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade.

10.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.2 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.4 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.4.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.5 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;

11.6 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.7 A oferta deverá ser firme e precisa limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.8 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.9 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. O licitante poderá, ao final da sessão e no prazo de até 15 (quinze) minutos, recorrer das decisões tomadas durante a sessão da licitação, quando deverá informar resumidamente os motivos de seu inconformismo, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema. (Art. 51 Lei nº 13.303/2016 e Art. 134 da IN 02/ECSP/2023).

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.



12.2.1. O pregoeiro examinará a aceitabilidade do recurso na sessão, podendo:

- a)** recusá-lo, se for relativo a decisões e atos anteriores à sessão ou absolutamente impertinentes;
- b)** rever a decisão questionada, praticando os atos necessários;
- c)** receber o recurso, encaminhando-o para decisão após o fim do prazo para apresentação das razões e contrarrazões recursais.

12.2.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previstos no subitem 12.2.3, será iniciado na data da intimação ou lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. (Art. 51 Lei nº 13.303/2016 e Art. 134 da IN 02/ECSP/2023).

12.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no BBL, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados. (Art. 11, Parágrafo segundo, IN 02/ECSP/2023);

14.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório; (Art. 41, Inciso IV, IN 02/ECSP/2023).

14.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

14.4 No caso do adjudicatário, se convocado, não assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, vindo a decair do direito a execução do objeto dessa licitação, a Empresa Cuiabana de Saúde Pública poderá revogá-la, ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem em que foram classificados, para contratar em igual prazo e nas mesmas condições em que a primeira classificada teria sido registrada e/ou contratada.

15 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE



15.1. O período de vigência do contrato será de **12 (doze) meses contados da data de assinatura**, e por se tratar de serviços a serem executados de forma contínua, poderá ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas a administração, não excedendo a 5 (cinco) anos (Artigo 71 da Lei nº 13.303/16).

15.2. A adjudicatária terá **o prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para **assinar o Termo de Contrato** ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, por meio eletrônico, **para que seja assinado/retirado no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da contratada perante Fundo de garantia por Tempo de serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e a Fazenda Nacional (Certidão conjunta negativa de Débito relativa a tributos federais e dívida ativa da União), Estadual e Municipal, estiverem com os prazos de validade vencidos, a Contratante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo a impossibilidade devidamente justificada;

15.2.2.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Contratada será notificada para, **no prazo de 05 (cinco) dias**, comprovar a situação de regularidade de que trata o item 10.8 mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

15.3. Quando a Contratada, por qualquer motivo, deixar de comprovar a regularidade fiscal, ou, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, **não apresentar a situação regular, ou se recusar a assinar o contrato**, além das sanções previstas neste contrato, serão convocados os demais licitantes classificados remanescentes, dentro da ordem registrada no processo licitatório.

15.4.A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 81 § 1º da lei nº 13.303/16.

15.5. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

15.6. No caso de alteração do contrato que aumente os encargos da Contratada, a ECSP deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio-econômico financeiro inicial.

16. DA RESCISÃO CONTRATUAL: (Art. 135, § 7º IN 02/ECSP/2023)

16.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, por sua inexecução total ou parcial, desde que de maneira motivada, os seguintes casos:

I - de forma unilateral, após decisão transitada em julgado em processo administrativo onde será garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo assegurados eventuais direitos ao contratado;

II - por acordo entre as partes, desde que conveniente a ambos e não gere prejuízo à ECSP;

III - por determinação judicial.

Parágrafo único: Constituem motivos para a rescisão contratual, de forma unilateral, dentre outros:

I – o não cumprimento, total ou parcial, das especificações referentes à execução contratual, ou o seu cumprimento irregular;



II – a desobediência dos prazos de execução, inclusive os referentes ao seu início; I
III – a suspensão da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação por parte da Contratada;

IV – nas situações que tornam a relação contratual inviável ou indesejável, desde que resultantes de caso fortuito ou força maior, regularmente demonstrado em processo administrativo;

V – **subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratual não admitidos no edital ou no contrato**; (Art. 78 da Lei 13.303/2016 e Art. 140 da IN 02/ECSP/2023)

VI – dissolução da sociedade ou falecimento do contratado, bem como decretação de falência ou instauração da insolvência civil da Contratada;

VII – alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que, a nova situação prejudique a execução contratual;

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL (Art. 81, § 7º da Lei 13.303/2016 e Art. 88 da IN 02/ECSP/2023).

17.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência/Minuta do contrato, anexa a este Edital.

18 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência/Minuta do contrato, anexa a este Edital.

19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência/Minuta do contrato, anexa a este Edital.

20 DO PAGAMENTO

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência/Minuta do contrato, anexa a este Edital.

21 DA GARANTIA CONTRATUAL (Art. 70, da Lei 13.303/2016 e Art. 45 da IN 02/ECSP/2023)

21.1 Para firmar o Contrato, a Empresa Contratada prestará garantia de adimplemento contratual de 3% (três por cento) do valor total do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato;

21.1.1 A garantia de que trata o subitem anterior poderá consistir em:

- a) Caução em dinheiro ou cheque administrativo ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia, com prazo compatível com o da vigência do Contrato ou;
- c) Fiança bancária, com prazo compatível com o da vigência do Contrato;

21.2 Após término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia de que trata o objeto será liberada e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento do interessado, por intermédio do serviço de Protocolo, dirigido ao Diretor Geral da ECSP, que deverá se manifestar quanto à execução contratual;

21.2.1 A liberação se dará mediante autorização do Diretor Geral da ECSP, após parecer jurídico.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Cometem infrações administrativas no termos da Lei nº 13.303 de 2016, o licitante/adjudicatário que:

“Art. 82. Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a empresa pública ou a sociedade de economia mista rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.



§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente".

"Art. 83. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 84. As sanções previstas no inciso III do art. 83 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados".

22.2 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.3 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.4 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.5 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.6 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 12.846/2013;



22.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.9 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta do contrato.

23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

(Art. 87, § 1º, da Lei 13.303/2016 e Art. 133, da IN 02/ECSP/2023).

23.1 Poderão ser apresentados por qualquer pessoa pedidos de esclarecimentos, de providências ou impugnações, desde que encaminhada ao órgão ou entidade promotora da licitação até o terceiro dia útil que anteceder a abertura do certame, via sistema bll.org.br.

23.2 A resposta à impugnação, pedido de esclarecimentos e de providências será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 Se ocorrer modificação no edital e seus anexos, em razão do acolhimento de impugnação ou pedido de esclarecimento, será designada nova data para a abertura da sessão, cumprindo o prazo legal entre a publicação e a sessão.

23.5 Não se aplica o disposto no item anterior se a alteração inquestionavelmente não afetar a formulação das propostas de preços.

23.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo portal de realização do pregão e vincularão os participantes e a administração.

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na ECSP.



24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.bl.org.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço mencionado no preâmbulo desse Edital, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

24.12.1 Em se identificando a mera ausência de documento que, apesar de não ter sido juntado ao processo ao tempo da sessão pública, mas que comprovadamente seja preexistente à referida sessão (ou seja, que não seja documento novo, entendendo como documento novo aquele que tenha sido expedido posteriormente à sessão pública ou que veicule fatos posteriores à sessão pública), ficará facultada ao pregoeiro a realização de diligências, a fim de analisar a condição de pré-existência de documento eventualmente faltante, a fim de sanear a etapa de preços ou de habilitação, à luz do princípio do formalismo moderado.

24.13 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente fundamentado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

24.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência e anexos;

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III – Minuta Ata de Registro de Preço;

ANEXO IV - Modelo de Proposta;

ANEXO V – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;

ANEXO VI – Requerimento de BENEFICIO E Declaração para Microempresas e Empresa de Pequeno Porte;

ANEXO VII – Modelo de Declaração (Empregador Pessoa Jurídica).

ANEXO VIII – Vistoria Técnica

ANEXO IX – Declaração de Abstenção de Vistoria Técnica

ANEXO X – Modelo de Relação dos Profissionais

ANEXO XI – Modelo de Declaração de Anuência dos Profissionais

ANEXO XII – Documentos de verificação de produtividade

Cuiabá/MT, 28 de fevereiro de 2024.

Visto:

Assinado no original
GIOVANI VALAR KOCH
DIRETOR ADM. FINANCEIRO ECSP

Assinado no original
JUARES SILVEIRA SAMANIEGO
DIRETOR GERAL ECSP



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

| I – INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA | |
|--|---|
| EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA | 2 – TERMO DE REFERÊNCIA nº 004/HMC/HMSB/ECSP/2024 |
| 3 – Número da Unidade Orçamentária: 501 | 4 – Descrição da Categoria de Despesa: () Capacitação () Equipamento de TI () Consultoria/Auditoria/Assessoria (X) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica () Bens Permanentes |
| 5 – Unidade Solicitante: DIRETORIA TÉCNICA HMC | |
| 6 – Número do Processo: 00.089.178/2023-1 | |

II – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. DO OBJETO:

1.1 ESTE TERMO DE REFERÊNCIA TEM POR OBJETO “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM **SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE ANESTESIOLOGIA** PARA ATENDER OS HOSPITAIS: HOSPITAL MUNICIPAL DRº LEONY PALMA DE CARVALHO – HMC E HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB AMBOS GERIDOS PELA EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA - ECSP, CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PRESENTE TERMO DE SOLICITAÇÃO E SEUS ANEXOS”.

1.2 A presente contratação adotarà como critério de julgamento por “**Menor Preço por lote único**” conforme Art. 54, Inciso I da Lei nº 13.303/2016 e IN 02/2023/ECSP;

1.3 A classificação do serviço deste objeto trata-se de serviço comum de caráter continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme preferência estabelecida na Lei nº 13.303/2016.

1.4 A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração da CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize a personalidade e subordinação direta.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO:

2.1 DO OBJETIVO A ATINGIR COM A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

Considerando o Processo de Intervenção na Saúde Municipal, conforme determinação judicial, desde o mês de março do corrente ano, os gestores vêm adotando medidas que vem culminando em diversas ações essenciais para o bom andamento dos atendimentos realizados em nossa unidade de internação;

Considerando a necessidade em continuar prestando um serviço de qualidade e eficiência, sempre primando pela vida que é um bem indissolúvel reconhecido até pela nossa Carta Magna como um dos Princípios Fundamentais em seu Artigo 1º senão vejamos:

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – (...);

II – (...);



III - a dignidade da pessoa humana”;

Considerando que a assistência à saúde é garantida pelo Sistema Único de Saúde e para isto toda linha de cuidado deve ser efetiva e eficaz, desde a atenção básica até os procedimentos de MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE e a URGÊNCIA/EMERGÊNCIA de forma organizada e hierarquizada, como foco na qualidade dos serviços prestados;

Considerando os Contratos nº 001/2021 e 002/2021, celebrado entre o Município de Cuiabá, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde – SES, e a Empresa Cuiabana de Saúde Pública, que tem por objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de Saúde no Hospital Municipal Drº Leony Palma de Carvalho – HMC e do HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB;

Considerando a consagração constitucional da saúde como direito fundamental por intermédio dos arts. 6º e 196º e 197º da CRFB, constante ainda no art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, corolário do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, devem os Entes Federados prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, sendo facultativa a participação das instituições privadas no Sistema Único de Saúde (SUS), segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio., senão vejamos:

“Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

“Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. ”

Considerando a Lei Orgânica da Saúde 8.080, de 19 de setembro de 1990, a qual dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, desta decreta que:

“Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

“§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.”

Considerando que a contratação será disciplinada pelo art. 37, inc. XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), Lei nº 13.303/2016 c/c o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ECSP, e pelas legislações correlatas e normas internas da Empresa;



Considerando que a administração pública obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, o qual se vincula ainda às referidas lições principiológicas, conforme previsto no art. 37 da CRFB c/c art. 31 da Lei nº 13.303/2016;

Considerando que ambos os hospitais visam prestar serviços de média e alta complexidade na rede de saúde da região, ampliando o acesso ambulatorial às especialidades médicas diversas e exames em busca de uma maior atenção à saúde do paciente. Neste sentido, o projeto visa garantir a oferta dos exames complementares e consultas especializadas, fornecendo resolutividade à Atenção Básica e evitando que os pacientes precisem ir para os hospitais com casos que podem e devem ser solucionados na atenção primária e secundária;

Considerando que o HMC e o HMSB são referências para as unidades de saúde básicas ou hospitalares, visando garantir a continuidade e qualidade do atendimento, realizar o apoio diagnóstico, com serviços de consultas clínicas com médicos de especialidades diferentes e realizações de exames gráficos e de imagem com fins diagnósticos;

Considerando a consagração constitucional da saúde como direito fundamental por intermédio dos arts. 6º e 196 da CRFB, constante ainda no art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, corolário do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, devem os Entes Federados prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, sendo facultativa a participação das instituições privadas no Sistema Único de Saúde (SUS), segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio;

Considerando-se ser direito de todos e dever do Estado, garantir medidas políticas sociais e econômicas, o acesso universal e igualitário à saúde, visando à redução do risco de doenças e outros agravos;

Considerando que a administração pública obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, o qual se vincula ainda às referidas lições principiológicas, conforme previsto no art. 37 da CRFB c/c art. 31 da Lei nº 13.303/2016;

Considerando-se a aprovação do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Cuiabana de Saúde Pública aprovado em 24 de janeiro de 2017 pelo Conselho de Administração ECSP, que passa a regulamentar as contratações desta Empresa Pública;

Nesse sentido, destaca-se que os hospitais HMC e HMSB ofertam serviços assistenciais, com o objetivo de reduzir a demanda reprimida e ampliar o acesso humanizado e integral aos pacientes atendidos pelo SUS no âmbito estadual, ofertando serviços em atendimento ambulatorial, assistência em regime de internação, serviços de apoio diagnósticos terapêuticos, internações em cirurgia geral, clínica médica, anestesiologia, pediatria e obstetrícia e serviços de imagem como: ultrassonografia e tomografia.

Desta forma, é significativa a importância da prestação do serviço médico de Anestesiologia, uma vez que ambas as unidades hospitalares realizam cirurgias e o profissional anestesista avalia as condições clínicas do paciente, recomenda preparos especiais, além de planejar a técnica mais adequada e segura ao paciente visando reduzir o risco de complicações no procedimento cirúrgico. Durante a cirurgia monitora todos os parâmetros vitais e é o responsável por tomar as ações necessárias em qualquer alteração para preservar a segurança do paciente.

Ressaltamos que para a licitação em lote é mais satisfatório do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do serviço, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo do mesmo administrador.

Cabe à direção da empresa juntamente com o município, através da Secretaria Municipal de Saúde, e o Sistema Único de Saúde (SUS), prestar apoio técnico e financeiro e executar incondicionalmente ações e serviços de saúde.

A prestação de serviços será de forma a atender a demanda e a oferta de serviços assistenciais especiais, visto que se trata de especialidade médica que não faz parte da atenção



básica, como objetivo de minimizar substancialmente a demanda reprimida observada, a qual influencia diretamente a ampliação do acesso universal aos serviços que devem ser disponibilizados pelo SUS.

Assim, com base nas deliberações acima, atendendo ao interesse público e visando garantir o pleno exercício do direito à saúde pela população matogrossense, solicitamos a vossa senhoria a adoção de medidas necessárias para a "ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS na área de ANESTESIOLOGIA PARA ATENDER OS HOSPITAIS: HOSPITAL MUNICIPAL DRº LEONY PALMA DE CARVALHO – HMC será para atender as demandas das alas de: URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, SOS AVC, HEMODINÂMICA, CENTRO CIRÚRGICO, AMBULATÓRIO, INTERNAÇÃO PEDIÁTRICA, UTI's PEDIATRIA, OBSERVAÇÃO PEDIÁTRICA, UTI's, I, II,III,IV E INTERNAÇÕES I, II,III,IV e V, RAIOS X, ULTRASSOM e TOMOGRAFIA e no HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB será para atender as demandas das alas de: ENFERMARIAS, UTI's e, CENTRO CIRÚRGICO, ambos geridos pela EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA - ECSP, por um período de 12(DOZE) meses, conforme quantitativo e especificações contidas no presente Termo de Solicitação e seus anexos".

2.2 O QUE FAZ O ANESTESIOLOGISTA, SUA HISTÓRIA NO BRASIL, E A ATUAÇÃO DA ANESTESIOLOGIA EM UMA UNIDADE HOSPITALAR:

O Anestesiologia é a especialidade médica que estuda e proporciona ausência ou alívio da dor e outras sensações ao paciente que necessita realizar procedimentos médicos, como cirurgias ou exames diagnósticos, identificando e tratando eventuais alterações das funções vitais. A especialidade vem a cada dia ampliando suas áreas de atuação, englobando não só o Período Intra-Operatório, bem como os períodos Pré e Pós-Operatórios, realizando atendimento ambulatorial para avaliação pré-anestésica e assumindo um papel fundamental pós-cirúrgico no acompanhamento do paciente tanto nos Serviços de recuperação pós-anestésica e Unidades de Terapia Intensiva quanto no ambiente da enfermaria (cuidados paliativos, por exemplo) até o momento da Alta Hospitalar. Em razão destas mudanças, existe a tendência atual de se denominar esta especialidade médica como **Medicina**.

Nos primórdios alguns cirurgiões consideravam a dor uma consequência inevitável do ato cirúrgico, não havendo uma preocupação, por parte da maioria deles, em empregar técnicas que aliviassem o sofrimento relacionado ao procedimento.

As primeiras tentativas de alívio da dor foram feitas com métodos puramente físicos como pressão e gelo, bem como uso de hipnose, ingestão de álcool e preparados botânicos.

Por volta dos séculos IX a XII a esponja soporífera tornou-se um dos métodos mais populares de prover analgesia. Preparada a base de mandrágora e outras ervas, tinha como seus principais compostos morfina e escopolamina.

2.3 TÉCNICAS ANESTÉSICAS

A - Anestesia local: Baseia-se na infiltração de anestésicos locais nas proximidades da área a ser operada, usualmente empregada em cirurgias de superfície de pequeno ou médio porte. Auxilia no tratamento da dor pós-operatória quando utilizada sozinha ou em associação com outras técnicas anestésicas, no período pré-operatório, potencializa os resultados esperados, a saber a anestesia e o controle da dor.

B - Bloqueios regionais: Tenta-se impedir a condução do estímulo doloroso na emergência de nervos e troncos, a exemplo do bloqueio do plexo braquial realizado na região cervical (Técnica de Winnie, Técnica de Kullenkampff ou Técnica de Kullenkampff Modificada) ou axilar (Técnica da Banha Perivascular ou Técnica Transarterial), visando anestesia de todo o membro superior, ou até mesmo o bloqueio de troncos nervosos ao nível do cotovelo, do punho, ou ainda nas porções proximais dos dedos visando anestesia de todo o dedo. Existe ainda uma técnica de bloqueio regional intravenoso desenvolvida por August Bier para cirurgias rápidas dos membros superiores e



membros inferiores (pé e terço distal de perna, principalmente), que ficou consagrada como Bloqueio de Bier. A anestesia raquidiana e peridural também são considerados bloqueios regionais.

C - Raquidiana: Também chamada de raquianestesia, anestesia intratecal e anestesia subaracnoídea. Baseia-se na administração de anestésico local diretamente no líquor. Suas principais vantagens são início rápido de ação (curta latência, boa intensidade de bloqueio sensitivo e motor e possibilidade de analgesia pós-operatória prolongada). Possíveis desvantagens são a maior ocorrência de cefaleia em relação as outras técnicas anestésicas e a limitada duração da anestesia quando utilizado técnica sem a colocação de cateteres (o mais comum). O uso dos anestésicos locais, mormente com a lidocaína (a lidocaína em raquianestesia está proscrita no Brasil exatamente pelas complicações citadas a seguir) o anestésico local preconizado em raquianestesia há algum tempo é a bupivacaína 0.5% pesada com glicose a 8% (mais segura que a lidocaína hiperbárica a 5%), por meio desta técnica anestésica pode propiciar o aparecimento da síndrome da cauda equina e de sintomas neurológicos transitórios embora sejam complicações raras.

D - Epidural: Também chamada anestesia peridural, baseia-se na aplicação de anestésico em um espaço virtual entre o ligamento amarelo e a dura-máter. As principais possíveis vantagens são a menor incidência de cefaleia quando comparado à raquianestesia, possibilidade de realização de bloqueios mais restritos à faixas de dermatômos e maior facilidade de realização de técnicas com utilização de cateteres (contínua). Como desvantagens temos uma latência (tempo para iniciar ação) maior, uma menor intensidade de bloqueio sensitivo e motor e a maior possibilidade de toxicidade por anestésico local já que é utilizado volumes cerca de dez vezes maiores que os utilizados em anestesia subaracnoídea (raquidiana).

E - Caudal: Fisiologicamente semelhante à anestesia peridural, realizada por punção do Hiato Sacral, podendo ser uma alternativa ao bloqueio epidural para procedimentos cirúrgicos e obstétricos das regiões perineal e anorretal. Comum em anestesia pediátrica.

F - Anestesia Geral: Refere-se a um estado de inconsciência reversível, imobilidade, analgesia e bloqueio dos reflexos autonômicos obtidos pela administração de fármacos específicos. Os componentes de uma anestesia geral são a analgesia, hipnose, controle dos reflexos autonômicos e relaxamento muscular. Na atualidade para realização de uma anestesia geral utiliza-se comumente:

- hipnóticos visando inconsciência, amnésia (Propofol)
- opioides visando analgesia e proteção contra os reflexos autonômicos (remifentanil, fentanil, sulfentanil, alfentanil)
- bloqueadores neuromusculares (Curare) visando imobilidade. (Atracúrio, Cisatracúrio, Rocurônio, Vecurônio, Pipecurônio)
- bloqueios regionais associados visando analgesia e proteção autonômica
- fármacos adjuvantes visando efeitos diversos como controle da pressão arterial, frequência cardíaca, tratamento de intercorrências tais como alergias entre outras funções

A inconsciência pode não ocorrer nos casos em que se deseje algum grau de proteção ao paciente ou em situações de extremo risco de vida, como: gravidez, traumatizado multissistêmico, idosos e pacientes com algum grau de choque, seja ele hipovolêmico, séptico ou cardiogênico. Quanto maior a profundidade da anestesia, maior o grau de inconsciência.



G - Anestésico ideal: O anestésico ideal será aquele que provoca indução e recuperação da anestesia rápida e agradável para o paciente, ao mesmo tempo possuía uma profundidade de anestesia apropriada para a cirurgia a realizar, promovendo um adequado relaxamento muscular. Deve ter também uma boa margem de segurança para o paciente, não apresentando reações adversas.

Ainda, Considerando que a saúde é um direito indissociável do direito à vida, conforme consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos e todo ser humano tem direito a um padrão de vida que lhe assegure saúde e bem estar, inclusive cuidados médicos e, etc.;

Considerando que o hospital, por meio do desenvolvimento da Política Nacional de Humanização desenvolve atendimento integral ao usuário com resolutividade e responsabilização, orientando, quando for o caso, o usuário e a família em relação a outros serviços de saúde para a continuidade da assistência;

Relacionamos a seguir os Programas de Humanização implantados no HMC, baseado em alguns dos dispositivos da referida Política:

- Humaniza SUS;
- Política Nacional de Medicamentos;
- Saúde do Trabalhador;
- Alimentação e Nutrição;
- IST/DST;
- Serviço de Ouvidoria;
- Garante presença de acompanhante nas 24hs aos pacientes com mais de 60 anos, crianças e portadores de necessidades especiais, dentro das possibilidades técnicas existentes, sem prejuízo a assistência ao usuário.
- Viabiliza o acesso dos visitantes à equipe responsável pelo paciente.

Considerando que o HMC e o HMSB aderiram aos princípios do Programa, juntamente com as inúmeras ações de humanização implantadas e promovendo também a responsabilidade de seus colaboradores no cumprimento de seu papel como agente público do Sistema Único de Saúde, objetivando a qualificação da assistência e a valorização do colaborador e dos usuários do SUS;

Considerando que o HMC e o HMSB caracterizam-se como hospital geral, 100% público e sem fins lucrativos. O HMC e o HMSB estão inseridos na rede de estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS/Cuiabá, como referência para prestação de assistência integral à saúde dos usuários do SUS, serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. Garantindo atendimento de Média e Alta Complexidade, para os pacientes através do atendimento efetivo, integral e humanizado, visando contribuir com a promoção e recuperação da saúde da população;

Considerando que a assistência aos usuários é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como toda a linha de cuidado, desde a atenção primária até os procedimentos mais complexos, de forma organizada e hierarquizada. A atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, com seus recursos humanos e técnicos e oferecendo, segundo o grau de complexidade de assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços de saúde adequados;

Considerando que em busca de ofertar assistência eficiente, de qualidade, assegurar a continuidade dos serviços prestados à população, sem interrupção e prejuízos, a prestação de serviço visa atender as necessidades setoriais do HMC e do HMSB, tanto como, a demanda diária de fluxo de pacientes internados, assegurando e preservando a qualidade nos cuidados, para



que toda a assistência seja realizada de maneira integral, além de buscar sempre proporcionar condições confortáveis e assertivas diante da condição de saúde dos mesmos;

Considerando que a ECSP visa alcançar em termo de economia e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, matérias ou financeiros disponíveis, pois isso diminuirá o tempo de espera por tratamento deste objeto, o tempo de internação e conseqüentemente uma melhor utilização do número de leitos no HMC e HMSB;

Considerando a necessidade premente de complementar a oferta de serviços assistenciais, com objetivo de reduzir a demanda reprimida observada, é mandatária e influencia diretamente a ampliação do acesso universal aos serviços assistenciais que devem ser disponibilizados pelo SUS;

Considerando que o HMC e o HMSB realizam atendimentos médicos cirúrgicos de média e alta complexidade,

atuando como referência no âmbito do SUS, aos pacientes do Estado de Mato Grosso. Segundo consta no site do IBGE, o Município de Cuiabá, possui a população de **618.124 (seiscentos e dezoito mil, cento e vinte quatro)** pessoas, sendo uma de suas responsabilidades, a prestação humanizada de serviços médicos aos seus municípios;

Considerando que além de prestar atendimento a população cuiabana, o município presta serviços médicos a outros municípios do Estado de Mato Grosso, sendo responsável pelo atendimento 40% (quarenta por cento) da livre demanda munícipe de Cuiabá. Devido a pouca estrutura nas cidades do interior de Mato Grosso, os pacientes são encaminhados para a capital, para que sejam realizados os procedimentos médicos onde o HMC e HMSB acolhem esses pacientes.

Considerando a necessidade de implementação de políticas públicas que venham a priorizar a assistência aos casos de atendimentos médicos que envolve o contexto dos serviços de anestesiologia. Portanto, se faz necessária a realização do processo licitatório desses Serviços para que possamos atender os casos relacionados a esses atendimentos;

Considerando a assistência aos usuários é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como toda a linha de cuidado, desde a atenção primária até os procedimentos mais complexos, de forma organizada e hierarquizada;

Considerando que a atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, com seus recursos humanos e técnicos e oferecendo, segundo o grau de complexidade de assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços de saúde adequados;

Considerando que o HMC e o HMSB em busca de ofertar assistência eficiente, de qualidade, assegurar a continuidade dos serviços prestados à população, sem interrupção e prejuízos, a prestação de serviço visa atender as necessidades setoriais, tanto como, a demanda diária de fluxo de pacientes internados, assegurando e preservando a qualidade nos cuidados, para que toda a assistência seja realizada de maneira integral, além de buscar sempre proporcionar condições confortáveis e assertivas diante da condição de saúde dos mesmos;

Considerando que a ECSP visa alcançar em termo de economia e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, matérias ou financeiros disponíveis, pois isso diminuirá o tempo de espera por tratamento deste objeto, o tempo de internação e conseqüentemente uma melhor utilização do número de leitos no HMC e o HMSB;

Considerando a necessidade premente de complementar a oferta de serviços assistenciais, com objetivo de reduzir a demanda reprimida observada, é mandatária e influencia



diretamente a ampliação do acesso universal aos serviços assistenciais que devem ser disponibilizados pelo SUS;

Considerando que tal modernização vem proporcionando à população assistência completa, integral, qualificada, humanizada e resolutive. Este resultado vem sendo atingido a um custo adequado, utilizando modelo gerencial moderno, flexível e transparente que permite, além de alto grau de resolutividade e satisfação do usuário, um controle adequado pelo Gestor Municipal. Há dificuldades diversas na prestação dos serviços de saúde oriundas, principalmente, do escasso mercado profissional no que tange aos médicos especializados em anestesiologia com perfil para atendimento aos usuários do SUS e que devem atuar com competência e destreza na atenção ao usuário;

Considerando ainda que outros óbices à administração eficiente, eficaz e efetiva são as dificuldades da aquisição de insumos e medicamentos, além da manutenção e aquisição de equipamentos. A agilização na gerência destes recursos materiais é fundamental para a melhor atenção ao usuário com necessidades urgentes e cruciais de manutenção da vida. Tais dificuldades surgem durante a execução dos processos administrativos. É necessária a busca por novas formas de gestão para que muitos destes processos cursem com maior simplicidade e eficácia, redundando em menor custo para a administração pública;

Considerando que é necessário olhar e considerar o perfil epidemiológico regional e as carências de oferta dos serviços. Os serviços objetos deste termo vêm atender à demanda assistencial evidenciada na região da baixada cuiabana do Estado de Mato Grosso, assim como para usuários referenciados de todo o Estado. Apresenta perfil voltado ao atendimento de média e alta complexidade em ortopedia e traumatologia;

Considerando que o conceito estruturante a ser utilizado é que o atendimento aos usuários com quadros agudos deve ser prestado por todas as portas de entrada do SUS, possibilitando a resolução de seu problema ou transportando-o, responsavelmente, para um serviço de maior complexidade, dentro de um sistema hierarquizado e regulado, conforme institui a Política Nacional de Atenção às Urgências (BRASIL, 2003). Desta forma, organizam-se as redes regionais de atenção às urgências como elos de uma rede de manutenção da vida, em níveis crescentes de complexidade e responsabilidade;

Considerando que o HMC e o HMSB exercerão um papel de alta relevância no atendimento de sua população-alvo, por se tratar de unidade de elevada resolutividade, bem como possuirá recursos técnicos atualizados, para complementação de diagnósticos e tratamentos;

Considerando que o HMC e o HMSB atenderão às normas preconizadas pelo Ministério da Saúde – MS, especialmente os referentes ao atendimento humanizado e integral à saúde. Utilizará como contra referência hospitais, clínicas, laboratórios e serviços complementares à sua vocação, bem como a implementação de políticas públicas que visem priorizar a assistência aos casos de atendimentos médicos;

Considerando o irrestrito apoio de nossa Constituição Federal, também buscamos alento junto a Lei 13.303 de 2016, que expressamente dispõe em seu artigo 29, inciso XV, como diretriz a adoção preferencial da modalidade emergencial, instituída pela Lei nº 10.520/2002 para aquisição de bens e serviços;

Considerando que as Licitações e os Contratos celebrados por Empresas Públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar e a observar os princípios legais da administração pública, senão vejamos o que diz o artigo 31, da Lei 13.303/2016:

“Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se



a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

Por fim, diante de todo o exposto e considerando que o Hospital – HMC e o HMSB primam pelo bom atendimento e traz em sua política a Humanização com respeito responsabilidade para com o usuário do SUS, será necessária a Contratação de **“ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS** na área de **ANESTESIOLOGIA PARA ATENDER OS HOSPITAIS: HOSPITAL MUNICIPAL DRº LEONY PALMA DE CARVALHO – HMC** será para atender as demandas das alas de: **URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, SOS AVC, HEMODINÂMICA, CENTRO CIRÚRGICO, AMBULATÓRIO, INTERNAÇÃO PEDIÁTRICA, UTI’s PEDIATRIA, OBSERVAÇÃO PEDIÁTRICA, UTI’s, I, II,III,IV E INTERNAÇÕES I, II,III,IV e V, RAIO X, ULTRASSOM e TOMOGRAFIA** e no **HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB** será para atender as demandas as alas de: **ENFERMARIAS, UTI’s e, CENTRO CIRÚRGICO, ambos geridos pela EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA - ECSP, por um período de 12(DOZE) meses,** conforme quantitativo e especificações contidas no presente Termo de Solicitação e seus anexos”.

2.4 JUSTIFICATIVA DA ADESÃO TARDIA

Será permitida adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes (“carona”), considerando a autorização dada por meio do Decreto 11.462 de 31 de março de 2023, que regulamentou o sistema de registro de preços para a contratação de serviços e aquisições de bens pela Administração Pública Federal. Ressalta-se que o ato normativo positivou diversos entendimentos prevalentes na jurisprudência das Cortes de Contas referentes à possibilidade de adesão por órgãos e entidades não participantes da ata de registro vigentes. Como dispõe o art. 22:

“Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preço durante sua vigência poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante autorização do órgão gerenciador.”

Esse procedimento denomina “adesão carona” que traduz na ideia de aproveitar o que alguém já está desenvolvendo para concluir o próprio trajeto sem custos.

Sobre esse tema, vale transcrever Jacoby Fernandes:

“Há nítidas vantagens nesse procedimento. Primeiro porque motiva o uso do SRP por órgãos, aumentando a credibilidade do Sistema; segundo, porque motiva a participação a participação: quem tiver preços registrados e suportar novas demandas será contratado sem licitação por outros órgãos e entidades. Terceiro, o procedimento é desburocratizante, pois fixa requisitos mínimos”.

Nesse sentido é preciso perceber que não fica apenas restrita à discricionariedade do órgão gerenciador a adesão de órgão a atas existentes.



É fundamental a comprovação da vantagem do uso da ata de registro de preço, o interesse do fornecedor em atender ao pedido e a ausência de prejuízo quando das obrigações anteriormente assumidas pelo fornecedor junto aos órgãos participantes e gerenciador da ata.

2.5 DA FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DA MODALIDADE

A chamada Lei do Pregão foi instituída pela Lei Federal nº 13.303/2016 e IN 02/2023/ECSP.

Ela é uma modalidade de licitação que os entes públicos brasileiros utilizam para a contratação de bens e serviços comuns. No pregão eletrônico é facilitada a entrada de vários fornecedores, fazendo com que tenha uma ampliação na disputa licitatória, pois empresas de diversas localidades podem participar, além de baratear o processo licitatório, pois é simplificado as etapas burocráticas. Trata-se de uma modalidade de licitação muito mais ágil e transparente, pois é feito por um sistema com comunicação via internet.

No caso do presente procedimento licitatório, não restam dúvidas acerca da viabilidade da modalidade pregão eletrônico, tendo em vista que permite que a Administração/Empresa Pública contrate de forma mais célere e menos burocrática, mantendo a legalidade do procedimento e obedecendo ao critério do menor preço, garantindo a escolha da melhor proposta.

2.6 DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da prestação dos serviços com previsão de serem de forma parcelada conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração.

Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo, o fato da existência de facultatividade na contratação dos serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.

Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

2.7 JUSTIFICATIVA – MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO

No presente certame optou-se por realizar a licitação em menor preço por lote único, devido aos aspectos operacionais, e aspectos específicos do objeto, uma vez que, embora os itens que compõe o lote sejam hipoteticamente divisíveis, trata-se de prestação de serviços médicos para atender a enfermaria adulto, onde seria inviável que houvesse mais de uma empresa vencedora do objeto, pois tal fato traria dificuldades para administração no controle e na periodicidade da realização dos serviços e objetivando aprimorar os atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde, bem como aumentar a eficiência na prestação dos serviços de saúde ofertados a este público, tendo em vista a necessidade de melhorar o padrão de gestão das atividades e serviços de saúde oferecidos.

2.8 JUSTIFICATIVA DE NÃO EXCLUSIVIDADE PARA ME E EPP

É certo que a exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações com valor estimado de até R\$ 80.000,00, conforme determina o art. 47, da Lei Complementar 123/2006 e art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015. Contudo, existem exceções que podem ser avocadas pela Administração, desde que apresente as devidas justificativas, pois o



tratamento diferenciado resulta de expressa disposição constitucional (CR/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação não será exclusiva.

Nesse sentido, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48, quando não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (artigo 49, II, da LC 123/2006). Interpretando-se esse dispositivo, é possível chegar à conclusão de que caso na localidade não seja possível segregar ao menos 3 (três) fornecedores enquadrados como ME ou EPP com a capacidade de cumprir as exigências do Edital, então a Administração poderá aplicar as regras excludentes do art. 49, II da LC nº 123/2006, permitindo a participação dos demais fornecedores interessados.

Nesse ponto, cabe registrar que não foi encontrado, em pesquisa de mercado realizada para obter cotações válidas para balizar esta contratação, o número mínimo de três fornecedores locais com a qualificação de micro e pequena empresa. Ademais, não se identificou ferramenta, cadastro ou outro instrumento seguro apto a sustentar a tomada de decisão desta Universidade acerca da vantagem de se garantir a exclusividade dos itens abaixo de 80 mil reais para as ME e EPP.

Deste modo, é temerária a tomada de decisão em favor da exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso conceda a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garanta a existência de fornecedores capazes de atender a demanda, a Administração poderá conduzir uma licitação ineficaz, com elevado número de itens desertos e fracassados, em virtude da ausência de fornecedores. A ECSP seria levada a repetir o procedimento, o que aumentaria os custos da contratação, gerando prejuízos.

Não se desconhece que a razão de ser da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (artigo 47 da LC nº 123/06). Contudo, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/2021 (que estabelece normas gerais sobre licitações). A Constituição Federal prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes, ao passo que a Lei de Licitações dispõe que este se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Diante disso, considerando o risco presente na concessão da exclusividade e ausência de parâmetros que afastem esses riscos, considerando ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006, esta licitação não será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por conta da impossibilidade de identificar a existência de fornecedores competitivos enquadrados nessa categoria e sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório

3. DA FUNDAMENTAÇÃO:

3.1 Sistema de Registro de Preço na sua forma de Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO**;

3.2 A fundamentação desta solicitação se esteia em nossa Constituição Federal, em seu artigo 37, XXI, na Lei 13.303 de 2016, Lei Complementar 123 de 2006 e Lei 8.078 de 1990 e alterações posteriores.

3.3 O título II de nossa Carta Magna prescreve os Direitos e Garantias Fundamentais. Dentro desse título, podemos destacar o **artigo 6º** estabelecendo a "**saúde**" como direito fundamental.

Vejamos:



“Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

3.4 Ainda nos termos do **artigo 196** de nossa Carta Política, não há dúvida acerca da responsabilidade de quem deveres guardar a saúde dos cidadãos, vejamos:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

3.5 A nossa Constituição não deixa margem de dúvidas quanto ao dever do Estado de prestar serviços e estabelecer políticas visando à satisfação da saúde da população.

3.6 Ademais, o artigo 32, inciso IV, da Lei 13.303/2016, aduz expressamente a adoção preferencial da modalidade julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, vejamos:

“Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

(...)

IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”;

3.7 Neste sentido, o objeto da presente contratação é comum, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, mediante especificações usuais adotadas no mercado.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FORMAÇÃO DOS PREÇOS:

4.1 MEMÓRIA DE CÁLCULO

Memória de Cálculo: A memória de cálculo está de acordo com os atendimentos realizados e o quantitativo de salas cirúrgicas existente nesta unidade, e de acordo com o Contrato de Gestão de cada Unidade Hospitalar firmado com a Secretaria Municipal de Saúde.

| Média de Cirurgias realizadas - HOSPITAL MUNICIPAL DRº LEONY PALMA DE CARVALHO- HMC | | | |
|--|--|-----------------|----------------|
| 01 | MÉDIA DE CIRURGIAS REALIZADAS Média e Alta Complexidade | 600 | 7.200 |
| Média de Atendimentos - HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO- HMSB | | | |
| Item | Descrição | Produção Mensal | Produção Anual |



| | | | |
|----|--|-----|-------|
| 01 | MÉDIA DE CIRURGIAS REALIZADAS Média e Alta Complexidade | 200 | 2.400 |
|----|--|-----|-------|

• **Considera média complexidade:** Procedimentos composto por ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja a complexidade da assistência na prática clínica demanda a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para apoio diagnósticos e tratamento.

• **Considera alta complexidade:** Conjunto de procedimentos que envolvem alta tecnologia e alto custo.

4.2 DO QUANTITATIVO, ESPECIFICAÇÕES E VALORES:

| LOTE ÚNICO | | | | | | | | | |
|------------------------------------|---|---|---|---------------------------|---|----------------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|
| SERVIÇOS MÉDICOS EM ANESTESIOLOGIA | | | | | | | | | |
| Item | Descrição | Unid. De Medida HMC E HMSB | Quant. De Prof. HMC | Est. De Plantão Anual HMC | Quant. De Prof. HMSB | Est. De Plantão Anual HMSB | Valor Estimado Unitário | Valor Estimado Menal | Valor Estimado Anual |
| 01 | Diploma de Conclusão do Curso de Medicina. Comprovação do registro no Conselho Regional de Medicina-CRM. RQE – Residência Médica em ANESTESIOLOGIA reconhecida pelo CNRM; | MÉDICO Anestesista Presencial 24 HORAS POR DIA DURANTE 07(SETE) DIAS NA SEMANA PLANTÕES DIURNO E NOTURNO O MÉDICO PLANTONISTA DEVERÁ ATENDER: | 07 Médicos ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL DIURNO 12 HORAS HORÁRIO: 07:00hs às 19:00hs Segunda a Sábado 02 MÉDICOS ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL | 3129 | 05 Médicos ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL DIURNO 12 HORAS HORÁRIO: 07:00hs às 19:00hs Segunda a Sábado 01 MÉDICO ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL NOTURNO 12 HORAS | 2040 | | | |



| | ou Título de especialista em ANESTESIOLOGIA reconhecido pela AMB e registrada pelo CRM | 1. CIRURGIAS ELETIVAS; 2. CIRURGIAS URGENTES; 3. RECUPERAÇÃO PÓS ANESTÉSICA; 4. SEDAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DE IMAGEM; | NOTURNO 12 HORAS HORÁRIO: 19:00hs às 07:00hs Segunda a Domingo. OBSERVAÇÃO: AOS DOMINGOS a EMPRESA DEVERÁ DISPONIBILIZAR 04 MÉDICOS PRESENCIAIS PLANTÕES DIURNOS DAS 07:00hs às 19:00hs | | HORÁRIO: 19:00hs às 07:00hs Segunda a Domingo. OBSERVAÇÃO: AOS DOMINGOS a EMPRESA DEVERÁ DISPONIBILIZAR 02 MÉDICOS PRESENCIAIS PLANTÕES DIURNOS DAS 07:00hs às 19:00hs | | | | |
|------|--|--|---|---------------------------|--|----------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------------|
| Item | Descrição | Unid. De Medida HMC E HMSB | Quant. De Prof. HMC | Est. De Plantão Anual HMC | Quant. De Prof. HMSB | Est. De Plantão Anual HMSB | Valor Estimado Unitário | Valor Estimado Mensal | Valor Estimado Anual |
| 02 | Diploma de Conclusão do Curso de Medicina. Comprovação do | MÉDICO ANESTESIOLOGISTA SOBREAVISO SEM | 02 MÉDICOS SOBREAVISO | 732 | 01 MÉDICO SOBREAVISO | 365 | | | |



| | | | | | | | | |
|---|---|---------------------------|--------------------------------|---------------------------|--------------------------------|--|--|--|
| registro no Conselho Regional de Medicina- CRM. | ACIONAMENTO | PLANTÕES | | PLANTÕES | | | | |
| RQE – Residência Médica em | E | NOTURNO | | NOTURNO | | | | |
| ANESTESIOLOGIA reconhecida pelo CNRM; | COM ACIONAMENTO | HORÁRIO | | HORÁRIO | | | | |
| ou Título de especialista em ANESTESIOLOGIA reconhecido pela AMB e registrada pelo CRM | As chamadas serão de acordo com a necessidade da Unidade | 19:00hs às 07:00hs | Todos os dias da SEMANA | 19:00hs às 07:00hs | Todos os dias da SEMANA | | | |

O processo terá o valor global estimado anual de R\$ 23.332.039,20 (Vinte e três milhões, trezentos e trinta e dois mil, trinta e nove reais e vinte centavos) conforme Mapa de Apuração N.º 0136/2023 acostado ao processo.

4.3 Da especificação do objeto:

4.3.1 Médico Anestesiologista **PRESENCIAL DIURNO** – Para atender demanda de segunda á sábado todas as demanda do Hospital, ou seja, CENTRO CIRURGICO, UTI's ADULTO E PEDIÁTRICA, ENFERMARIAS ADULTA E PEDIÁTRICA, CTQ, URGÊNCIA e EMERGÊNCIA, SETOR DE IMAGEM.

4.3.2 Médico Anestesiologista **PRESENCIAL NOTURNO** – Para atender demanda de Segunda á Sábado todas as demandas do Hospital, ou seja, CENTRO CIRURGICO, UTI's ADULTO E PEDIÁTRICA, ENFERMARIAS ADULTA E PEDIÁTRICA, CTQ, URGÊNCIA e EMERGÊNCIA, SETOR DE IMAGEM.

4.3.3 Médico Anestesiologista **PRESENCIAL – aos DOMINGOS – 12 HORAS** -Caso a Unidade apresente demanda extraordinária, ou seja, para atender Mutirões ; Casos Fortuitos e, etc. A CONTRATANTE será COMUNICADA previamente, para que apresente o quantitativo de Médicos Anestesiologistas necessários para atender demanda.

4.3.4 O Médico Anestesiologista em **SOBREAVISO NOTURNO**, que **NÃO** será acionado, mas **DEVERÁ** ficar disponível, **MEDIANTE ACIONAMENTO TELEFÔNICO** da Unidade DEVENDO ATENDER PRONTAMENTE ao chamado DA CONTRATANTE em no MÁXIMO 30(trinta minutos).

4.3.5 O Médico Anestesiologista em **SOBREAVISO NOTURNO** quando acionado deixará de pertencer à figura do anterior, ou seja, **SEM ACIONAMENTO** passando a figurar como Médico **SOBREAVISO COM ACIONAMENTO** o que importará na **REMUNERAÇÃO** deste item;



4.3.6 Caso o **MÉDICO** seja acionado PODERÁ se ausentar do serviço, assim que o procedimento que motivou o acionamento for encerrado, ficando a CONTRATADA obrigada a apresentar documentos que comprovem o atendimento realizado na modalidade ACIONAMENTO.

5. DO LOCAL, HORÁRIO, EXIGÊNCIAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. DO LOCAL:

5.1.1A Futura Contratada deverá iniciar as atividades pertinentes ao objeto deste processo no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após assinatura de contrato e Ordem de Serviço e/ou Empenho nos seguintes endereços:

| |
|--|
| <p>HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ LEONY PALMA DE CARVALHO – HMC Endereço: Rua Oriovaldo M. de Souza – S/Nº - Bairro Ribeirão do Lipa Cuiabá-MT / CEP: 78.048-178.</p> |
|--|

| |
|---|
| <p>HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB Avenida São Sebastião, nº 3.300, Bairro Quilombo Cuiabá-MT / CEP: 78.015-808</p> |
|---|

5.1.2 O prazo supracitado poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e com anuência da ECSP.

5.2 DA COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA)

5.2.1 As empresas licitantes deverão comprovar a qualificação técnica, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone da entidade atestadora e a descrição dos serviços, comprovando que a empresa presta ou prestou os serviços de acordo com o objeto deste certame, ATESTANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM ANESTESIOLOGIA. O atestado deverá ser apresentado em papel timbrado, original ou cópia autenticada assinados por autoridades ou representantes, no caso atestados emitidos por clínicas e instituições hospitalares particulares o atestado apresentado poderá ser diligenciado junto ao CRM para comprovação do cadastro da empresa prestadora no período da prestação do serviço.

b) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina competente.

c) Responsável Técnico da empresa registrado no Conselho competente (CRM), com a devida comprovação.

d) Comprovação de vínculo do Responsável técnico com a empresa. O vínculo do profissional poderá ser comprovado por intermédio do contrato social (se sócio), ou da carteira de trabalho, ou do contrato de prestação de serviço, ou ficha de registro de empregado, ou outro documento correspondente.

5.3 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PROFISSIONAIS

5.3.1 Relação dos profissionais que irão compor a escala médica.

5.3.2 Apresentar carta de anuência devidamente assinada pelo profissional que irá compor a escala.

5.3.3 Certificado de conclusão de residência médica em Anestesiologia reconhecido pela CNRM, ou título de especialista em Anestesiologia reconhecido pela AMB e registrado no CRM, com cópia autenticada.

5.3.4 Todos os profissionais apresentados pela contratante, por lote, deverão cumprir os pré requisitos técnicos solicitados. O profissional que não atender ao exigido será excluído da Análise Técnica.



5.3.5 Os profissionais que prestarem os serviços contratados deverão possuir carga horária compatível com as exigências de registro junto ao CNES, visando possibilitar o faturamento dos serviços prestados através do Sistema Único de Saúde.

5.3.6 A contratada poderá realizar, durante a vigência contratual, até 03(três) trocas dos profissionais que executarão o serviço. Devendo ser apresentado previamente ao fiscal do contrato as documentações, conforme item 5.3.3, para análise da habilitação Técnica. Caso aprovado será feita a inclusão no parecer técnico do corpo clínico da empresa.

5.3.7 Da apresentação dos profissionais para habilitação técnica, caso o médico habilitado não esteja inscrito no CRM local o mesmo terá o prazo de 90 dias para inscrição no CRM-MA, conforme a resolução do CFM Nº1.948 de 10 de junho de 2010.

5.3.8 Caso a empresa não possua o CRM-MT, deverá seguir a RESOLUÇÃO CFM Nº 1.980/2011, onde informa no Art. 3º as empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado devem registrar-se nos conselhos regionais de medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos das Leis nº 6.839/80 e nº 9.656/98, onde o prazo imposto é de 30 dias para regularização.

5.3.9 Todos os profissionais apresentados pela licitante deverão cumprir os pré-requisitos técnicos. Havendo o descumprimento, o profissional que não atendeu ao exigido será excluído da Análise técnica.

5.4 DA GARANTIA CONTRATUAL

5.4.1 Para firmar o Contrato, a Empresa Contratada prestará garantia de adimplemento contratual de 3% (três por cento) do valor total do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato;

5.4.2 A garantia de que trata o subitem anterior poderá consistir em:

- a) Caução em dinheiro ou cheque administrativo ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia, com prazo compatível com o da vigência do Contrato ou;
- c) Fiança bancária, com prazo compatível com o da vigência do Contrato;

5.4.3 Após término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia de que trata este item 5.3 será liberada e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento do interessado, por intermédio do serviço de Protocolo, dirigido ao Diretor Geral da ECSP, que deverá se manifestar quanto à execução contratual;

5.4.3.1 A liberação se dará mediante autorização do Diretor Geral da ECSP, após parecer jurídico.

5.5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto deste termo de contrato.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 Executar os serviços em conformidade com o contrato resultante deste Termo de Solicitação, obedecendo rigorosamente o disposto no respectivo edital e seus anexos, CNPJ: 21.873.611/0001-14 - independentemente de transcrição ou anexação, ambas unidades geridas pela Empresa Cuiabana de Saúde Pública - ECSP.

• **HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ LEONY PALMA DE CARVALHO – HMC**

Endereço: Rua Orivaldo M. de Souza – S/Nº - Bairro Ribeirão do Lipa, Cuiabá-MT / CEP – 78.048-178

• **HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB**

Avenida São Sebastião, nº 3.300, Bairro Quilombo - Cuiabá-MT / CEP –78.015-808.

6.2 Notificar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração na sua razão social ou de seu contrato acionário e de mudança em sua Diretoria, contrato ou estatuto, apresentando no prazo



máximo de 30 (trinta) dias, contados do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e/ou do Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

6.3 Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes, fornecendo as informações ao arquivo médico.

6.4 Responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do contrato, dentro dos prazos e condições estipulados.

6.5 Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços de modo a evitar qualquer prejuízo à execução do objeto deste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

6.6 Recrutar e/ou contratar, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, o corpo técnico em quantidade compatível com a perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato e respectivos anexos, cabendo-lhe efetuar todas as exigências legais ou regulamentares, fiscais e comerciais.

6.7 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições e qualificações exigidas pela CONTRATANTE para a celebração do contrato.

6.8 A contratada deverá apresentar previamente à EMSEH, antes do início dos serviços, a escala médica dos profissionais que irão executar os serviços na Unidade de Saúde. A escala médica deverá ser composta, obrigatoriamente, pelos profissionais habilitados na análise técnica do certame.

6.9 Caso a escala médica apresentada esteja com os profissionais não habilitados previamente na análise técnica do certame, a contratada será notificada a fim de regularizar imediatamente a escala, sob pena de sanção prevista neste instrumento.

6.10 A CONTRATADA deverá seguir o Código de Ética da CONTRATANTE, bem como as normas administrativas internas.

6.11 Para execução dos serviços, a Empresa contratada deverá disponibilizar recursos humanos próprios em número suficiente para cumprimento das metas exigidas, garantindo todas as necessidades técnicas pertinentes e das condições estabelecidas pela contratante.

6.12 Manter regulamente os serviços solicitados e o número mínimo de profissionais, devendo responsabilizar por eventuais danos decorrentes de falta de pessoal.

6.13 Caso ocorra a falta do profissional médico no plantão, o mesmo deverá ser substituído por outro profissional da escala médica apresentada de forma imediata, não ultrapassando 2h do início do plantão em questão.

6.14 Obedecer às diretrizes e princípios do SUS que lhes compete, estabelecidos pelo artigo 198 da Constituição Federal e fortalecidos pela Política Nacional de Humanização.

6.15 Os profissionais deverão executar atividades exigidas, por especialidade, conforme descrito em cada item.

6.16 Efetuar a troca de plantão entre turnos (dia/noite), com o repasse dos pacientes que se encontrarem internados, e os que apresentarem orientação de retorno, com exames ou revisões.

6.17 Registrar a evolução do paciente diariamente no prontuário digital ou eletrônico.

6.18 Na ocorrência, em caráter excepcional, de atraso do plantonista seguinte, o plantonista atual deverá aguardar até a sua chegada.

6.19 É expressamente proibido o abandono do plantão e/ou negligência assistencial às intercorrências durante o seu plantão.

6.20 Realizar a identificação dos profissionais que prestarem os serviços. A CONTRATADA deverá manter seu pessoal uniformizado, identificando-o por meio de crachás, com fotografia recente, para que eles transitem nas dependências do Hospital e realizem as atividades propostas de maneira segura ao profissional e ao paciente.



6.21 Promover o controle de frequência de seus profissionais nos locais de execução dos serviços contratados, ficando a seu critério o formato de controle, para fins de comprovação de presença a ser fornecida à CONTRATANTE.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e o termo de sua proposta;

7.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber;

7.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.7.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.7.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

7.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.9 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.10 Cientificar o órgão de representação judicial da ECSP para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

7.11 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.12 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.13 Permitir o acesso dos representantes ou profissionais da fornecedora ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados, proporcionando todas as facilidades para que a empresa fornecedora possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços contratados

7.14 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

7.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Fornecedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Fornecedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1 Serão designados por meio de portaria, os responsáveis abaixo para efetuarem o acompanhamento e eventual fiscalização:



| | |
|------------------------------------|---|
| FISCAL DO CONTRATO HMC | Nome: ALEXANDRA ALMEIDA DE JESUS LIMA CPF: 344.419.561-34 RG: 1727741-8SSP-MT Matrícula: 4898371 Cargo/Lotação: Enfermeira Assistencial / Centro Cirúrgico/COREN/MT nº 000.510.625 Fone: (65) – 9-8104-0144 Email: centrocirurgicohmccba@gmail.com |
| SUPLENTE FISCAL HMC | Nome: Mariana Kamiya Perez CPF: 064.312.929-44 RG: 3386120-0 Matrícula: 4916518 Cargo/Lotação: Enfermeira Supervisora Hemodinâmica – COREN nº 214979/MT Email: hmchemodinamica@gmail.com Telefone: 015 – (65) – 9.9283-4468 |
| FISCAL DO CONTRATO HMSB | Nome: Paulinete Auxiliadora Neves dos Santos CPF: 695.492.301-04 RG: 1118708-5 SSP-MT Matrícula: 4903743 Cargo/Lotação: Enfermeira Assistencial Gerente do Centro Cirúrgico/CME - COREN/MT nº 488888 Fone: (65) (65) 9.9270-7493 Email: centrocirurgicohmccba@gmail.com |
| SUPLENTE FISCAL HMSB | Nome: THAÍS DA ROCHA MENDES BASTOS CPF: 037.56.081-02 RG: 3051344-8 Matrícula: 4885197 Cargo/Lotação: Recepcionista comercial Fone: (65) 9-9928-4051 Email: thaisrbastos88@gmail.com |

8.2 Caberá ao Fiscal, conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela empresa CONTRATADA, encaminhando-a diretamente à Gerência de Planejamento e Finanças da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, a fim de providenciar a Nota de Liquidação.

8.3O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da entrega e recebimento do objeto do contrato.

8.4A verificação da adequação dos produtos entregues deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo.

8.5A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade do material, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 81, § 1º da Lei nº 13.303/2016;

8.6 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

8.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo e na



legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303/2016.

8.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.9 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos produtos para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.10 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto.

8.11 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da aquisição realizada.

8.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação de serviços.

8.13 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, AINDA que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o artigo 76 da Lei nº 13.303/2016.

9. DA NOTA FISCAL/FATURA E DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM:

9.1 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em duas vias somente após o recebimento da Nota de Empenho e deverá conter as seguintes discriminações:

- a) Razão Social;
- b) Número da Nota Fiscal/Fatura;
- c) Data da Emissão;
- d) Nome da Unidade Hospitalar;
- e) Descrição do Serviço;
- f) Plantões realizados, escalas e documentos pertinentes;
- g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);
- h) Número do Contrato;
- i) Número do Empenho.

9.2 A Nota Fiscal deverá ser protocolada pela **CONTRATADA** no **PROTOCOLO CENTRAL ADMINISTRATIVO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEDE DA EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, com as devidas certidões fiscais vigentes com direcionamento ao setor de Licitações e Contratos – LICON;

9.3 A data de apresentação da Nota Fiscal será registrada nos autos do processo no sistema informatizado de controle de processo;

9.4 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções informado o motivo que motivaram a sua rejeição.

9.5 Somente após o recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento à partir da data de sua reapresentação.

9.6 Deverá obrigatoriamente fazer acompanhar da Nota Fiscal, todas as certidões de regularidade fiscais, devidamente válidas:

- a) Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;



- b) Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da Contratada, **observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participações de licitações públicas;**
- c) Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante;
- d) Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f) Lista de Inidôneas do TCU;

10. DO PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado em até no máximo 30 (trinta) dia após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura;

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à prestação de serviços, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

10.7 Constatando-se, a situação de irregularidade da Fornecedora, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Fornecedora, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao órgão fiscal.

10.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



10.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE:

11.1 É admitido o reajustamento dos preços dos contratos, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses;

11.2 Para o reajustamento dos preços unitários contratados deverá ser observada a legislação vigente, sendo observada atualização monetária entre a data dos adimplementos das obrigações e a do efetivo pagamento;

11.3 Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa, será aplicado o IPCA;

11.4 O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação dos últimos 12 (doze) meses, tendo por marco inicial a data limite para apresentação da proposta;

11.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste;

11.6 O reajuste de preços dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a ECSP, das condições e dos preços contratados;

11.7 Os reajustes serão formalizados por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento;

11.8 O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato.

12. DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIA:

Documentações Específicas Exigidas:

| Habilitação/Qualificação | Fundamentação | Exigências | |
|--------------------------------------|---|------------|-----|
| | | Sim | Não |
| Da Habilitação Jurídica | Art. 58, Inciso I da Lei 13.303/2016 | X | |
| Da Regularidade Fiscal e Trabalhista | Art. 58, Inciso I da Lei 13.303/2016 | X | |
| Da Qualificação Técnica | Art. 58, Inciso II da Lei 13.303/2016 | X | |
| Da Qualificação Econômico-Financeira | Art. 58, Inciso III da Lei 13.303/2016 | X | |
| Declaração Complementares | Conforme Exigências elencadas no processo | X | |

12.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.1.1 Cópia da célula da identidade do representante legal;

12.1.2 Cópia do Ato Constitutivo da empresa devidamente arquivado no órgão competente, juntamente com as suas alterações e consolidação.



12.1.3 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

12.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

12.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste processo;

12.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;

12.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da empresa, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas, sendo expedida pelo site: www.sefaz.mt.gov.br;

12.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da empresa, com validade na data de apresentação da proposta;

12.2.5 Certificado de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais com validade na data de apresentação da proposta, onde poderá ser retirada no Site: www.caixa.gov.br;

12.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.3.1 As empresas licitantes deverão comprovar a qualificação técnica, mediante a RDC Nº 11, DE 13 DE MARÇO DE 2014, apresentação dos seguintes documentos:

a) Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone da entidade atestadora e a descrição dos serviços.

b) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina competente.

c) Responsável Técnico da empresa registrado no Conselho competente (CRM), com a devida comprovação.

d) Comprovação de vínculo do Responsável técnico com a empresa. O vínculo do profissional poderá ser comprovado por intermédio do contrato social (se sócio), ou da carteira de trabalho, ou do contrato de prestação de serviço, ou ficha de registro de empregado, ou outro documento correspondente.

e) Alvará de fiscalização fornecido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde da sede do fornecedor. Caso o alvará não conste o prazo de validade, considerar – se á o prazo de 12 (doze) meses;

f) Alvará de funcionamento em plena validade-Prefeitura;

12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

12.4.1 Responsável Técnico da empresa registrado no Conselho competente (CRM), com a devida comprovação;

12.4.2 Comprovação de vínculo do Responsável Técnico com a empresa. O vínculo profissional poderá ser comprovado por intermédio do contrato social (se sócio), ou da carteira de trabalho, ou do contrato de prestação de serviço, ou ficha de registro de empregado, ou outro documento correspondente.

12.5 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:



12.5.1 Certidão Negativa de Pedido de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da empresa, emitida no máximo até 180 (cento e oitenta) dias da data da assinatura do contrato, caso não conste outro prazo de validade específico na referida certidão.

12.5.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

12.5.3 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada, no prazo de 5 dias úteis, após a verificação da habilitação, para comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.5.4 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.5.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade.

12.5.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.6 DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES:

12.6.1 Da visita Técnica/Vistoria:

12.6.1.1 A Empresa licitante **poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços**, examinado as áreas do Hospital, pertinente a este objeto, e eventuais dificuldades para execução dos serviços;

12.6.1.2 A vistoria não é de caráter obrigatório, podendo a empresa licitante participar de todo o certamente, mesmo que não vistorie o local;

12.6.1.3 A empresa licitante que optar pela não vistoria do local não poderá, em hipótese alguma, descumprir qualquer regra, decisão de acordo consequente deste Termo, devendo ainda apresentar a Declaração de Dispensa de Visita/Vistoria, conforme Anexo III, empresa que não vistoriar o local será tratada nas mesmas condições daquela que vistoriou.

12.6.1.4 Caso a empresa opte por realizar a visita/vistoria a mesma deverá apresentar a Declaração de Visita/Vistoria conforme Anexo II.

12.6.1.5 A empresa licitante que optar pela vistoria deverá agendá-la em dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, no setor de Diretoria Técnica - HMC, devendo ser efetivada em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública, deverá agendar encaminhando a solicitação por e-mail para: E-mail: diretoriatec.hmc@cuiaba.mt.gov.br

13. DO CONTRATO:

13.1 O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da data de publicação, e por se tratar de serviços a serem executados de forma contínua, poderá ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas a administração, limitada a 05 (cinco) anos (Inciso II do Artigo 71 da Lei nº 13.303/16).



13.1.1 A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.1.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2 Na assinatura no contrato serão necessários, a empresa presente, para análise técnicas, os seguintes documentos:

- a) Relação Nominal dos Profissionais (Anexo IV);
- b) Declaração de Anuência dos Profissionais (Anexo V);

13.2.1 Caso o Profissional Médico listado no item acima não atender as necessidades deste objeto a CONTRATADA terá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar outro profissional qualificado.

13.2.2 Ressalta-se que no ato da apresentação dos profissionais para habilitação técnica, caso o médico habilitado não esteja inscrito no CRM local, o mesmo terá o prazo de 90 dias para inscrição no CRM-MT, conforme a resolução do CFM Nº1.948 de 10 de junho de 2010;

13.3DA RESCISÃO CONTRATUAL:

13.3.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 83 e 84 da Lei nº 13.303/16;

13.3.2 A rescisão do Contrato poderá ser:

- a. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a III do artigo 83 E 84 da Lei mencionada, notificando-se a(s) CONTRATADA(S) Vencedora(s) com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Pregão, desde que haja conveniência para a Administração;
- c. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria. A rescisão administrativa ou amigável será **precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;**

13.3.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.4DA ALTERAÇÃO:

O presente Contrato poderá ser alterado. As alterações contratuais deverão se dar mediante a celebração de Termo Aditivo, de acordo com a vontade das partes, observadas as disposições previstas na ECSP. Na hipótese de reajustamento do Contrato e demais alterações contratuais que não constituam modificação da essência da avença, e que não alterem cláusulas essenciais à contratação, podem ser formalizadas por simples apostilamento.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA VIGÊNCIA:

14.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 26 e 27 do Decreto nº 11.462/2023, cabendo à ECSP promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

14.2 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos prestadores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitadas à legislação, observando-se o seguinte:

14.3O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) prestador(es) ficarão disponíveis aos interessados na ECSP, bem como serão publicados na forma da Lei;



14.4 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a ECSP convocará o(s) prestador(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

14.5 O Prestador que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

14.6 A ordem de classificação dos prestadores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

14.7 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador não puder cumprir o compromisso, a ECSP poderá:

14.7.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido da prestação de serviço, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

14.7.2 convocar os demais prestadores para assegurar igual oportunidade de negociação.

14.8 Não havendo êxito nas negociações, a ECSP deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.9 O registro do prestador será cancelado quando:

14.9.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

14.9.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela ECSP, sem justificativa aceitável;

14.9.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.9.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de licitar e/ou celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

14.9.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 14.9.1, 14.9.2 e 14.9.4 será formalizado por despacho da ECSP, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.10 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.10.1 por razão de interesse público; ou

14.10.2 a pedido do prestador.

14.11 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.11.1 Esta Ata poderá ser aderida, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade, no âmbito estadual ou municipal, responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016, desde que devidamente justificada a vantagem e mediante concordância por parte da ECSP.

14.11.2 A manifestação da ECSP fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública da utilização da ata de registro de preços,

14.11.3 Os órgãos ou entidades não participantes, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar a ECSP para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

14.11.4 As autorizações de adesões desta Ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

14.11.5 Os quantitativos decorrentes das adesões desta Ata não excederão, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e



para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.11.6 Caberá ao licitante, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e/ou futuras decorrentes desta Ata, assumidas tanto com a ECSP quanto com os órgãos participantes, quando existirem.

14.11.7 Após a autorização da ECSP, o órgão não participante deverá efetivar contratação solicitada, em até 90 (noventa) dias, observado o prazo da vigência da ata.

14.11.8. É de competência do órgão ou entidade que aderiu à ata, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo licitante das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências à ECSP.

14.11.9 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

14.11.9.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

14.11.9.2 A estimativa de quantidades a serem utilizadas no prazo de validade do registro;

14.11.9.3 O preço unitário e total do estimado a ser utilizado;

14.11.9.4 A quantidade total a ser aderida, do lote;

14.11.9.5 O prazo de validade de registro de preço;

14.11.9.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do prestador.

14.11.9.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

15. DO CUSTO ESTIMADO:

15.1 O processo terá o valor global estimado anual de R\$ XXXXXXXXXXX, conforme Mapa de Apuração N.º 0136/2023 acostado ao processo.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1 Cometem infrações administrativas no termos da Lei nº 13.303 de 2016, o licitante/adjudicatário que:

“Art. 82. Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a empresa pública ou a sociedade de economia mista rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente”.



“Art. 83. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 84. As sanções previstas no inciso III do art. 83 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados”.

16.2 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.3 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.4 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.5 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.6 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 12.846/2013;



16.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta do contrato.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

17.1 As despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Órgão: 16 – Secretaria Municipal de Saúde

Gestão/Unidade: 501 – Empresa Cuiabana de Saúde Pública

Fonte: 659 – Recursos provenientes da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá

Programa de Trabalho: 2432 - Ações de Serviços Médico-Hospitalares e Ambulatoriais do HMC

243x - Ações de Serviços Médico-Hospitalares e Ambulatoriais do HMSB

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 A Contratante e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o período de vigência do contrato e de execução do objeto contratual.

18.2 O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 13.303/2016, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

18.3 A Contratada assume todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Empresa Cuiabana de Saúde Pública não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado.

18.4 A Contratada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na rescisão do contrato e do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.5 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Contratante.

18.6 Não será admitida a subcontratação do objeto deste termo de contrato.

19. DA DECLARAÇÃO:

19.1 Atesto para os devidos fins que as informações constantes no presente Termo são verificadas, sob penas da lei, e de minha inteira responsabilidade.

Cuiabá, 25 de janeiro de 2024.

Demais Responsável (is):

ANA PAULA PIMENTA
GESTORA HOSPITALAR/HMC/ECSP
EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

DR. ANDERSON S. F. TORRES
DIRETOR TÉCNICO - HMC
EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA



Do Ordenador de Despesa:

JUARES SILVEIRA SAMANIEGO
DIRETOR GERAL - ECSP
EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

TERMO DE SOLICITAÇÃO RETIFICADO Nº 020/DIRET-TEC/HMC/ECSP/2023

ELABORADOR TÉCNICO

Nome: Márcia Helena Velozo de Brito
CPF: 378.717.901-10
RG: 0538.315-3/SSP-MT
Matrícula: 4897154
Cargo/Lotação: Administrador/ECSP/HMC
Email: coordenfmc2@gmail.com
Telefone: 015 – (65) – 9.9951-1300

Conforme IN nº 02/ECSP/2023 de 11 de dezembro de 2023 esclarecemos que as informações e solicitações aqui descritas são de competência do Responsável pelo setor, de acordo com a Seção I, art. 23 da referida IN nº 02/ECSP/2023.

O conhecimento técnico é de responsabilidade do setor Técnico.

ANEXO I DO TR – PLANILHA DESCRIÇÃO MATERIAIS ANESTÉSICOS

| Item | Descrição | Tamanho | Quantidade |
|------|---|---------|-------------|
| 01 | MÁSCARA LARÍNGEA | Nº 1 | 10 Unidades |
| 02 | MÁSCARA LARÍNGEA | Nº 1,5 | 10 Unidades |
| 03 | MÁSCARA LARÍNGEA | Nº 2 | 10 Unidades |
| 04 | MÁSCARA LARÍNGEA | Nº 2,5 | 10 Unidades |
| 05 | MÁSCARA LARÍNGEA | Nº 3 | 10 Unidades |
| 06 | MÁSCARA LARÍNGEA | Nº 4 | 10 Unidades |
| 07 | MÁSCARA LARÍNGEA | Nº 5 | 10 Unidades |
| 08 | CIRCUITO DE ANESTESIA BARACA COMPLETA (Composta por 1 traqueia, 2conectoras T e 1 bolsa de silicone 1,5L autoclavável) | 1,5L | 10 Unidades |
| 09 | BOLSA RESERVATÓRIO DE SILICONE (AUTOCLAVÁVEL) | 500ML | 06 Unidades |
| 10 | BOLSA RESERVATÓRIO DE SILICONE (AUTOCLAVÁVEL) | 1L | 06 Unidades |
| 11 | BOLSA RESERVATÓRIO DE SILICONE (AUTOCLAVÁVEL) | 1,5L | 06 Unidades |
| 12 | KIT LARINGOSCÓPIO INFANTIL COM LÂMINAS RETA-TAMANHO Nº 0 | Nº 0 | 01 Unidade |
| 12 | KIT LARINGOSCÓPIO INFANTIL COM LÂMINAS RETA-TAMANHO Nº 1 | Nº 1 | 01 Unidade |
| 12 | KIT LARINGOSCÓPIO INFANTIL COM LÂMINAS RETA-TAMANHO Nº 2 | Nº 2 | 01 Unidade |
| 13 | KIT LARINGOSCÓPIO INFANTIL COM LÂMINAS CURVA – TAMANHO Nº 0 | Nº 0 | 01 Unidade |
| 13 | KIT LARINGOSCÓPIO INFANTIL COM LÂMINAS CURVA – TAMANHO Nº 1 | Nº 1 | 01 Unidade |
| 13 | KIT LARINGOSCÓPIO INFANTIL COM LÂMINAS | Nº 2 | 01 Unidade |



| CURVA – TAMANHO Nº 2 | | | |
|----------------------|--|-----------------|-------------|
| 13 | CÂNULA OROFARÍNGEA INFANTIL | nº000 (40mm) | 05 Unidades |
| 14 | CÂNULA OROFARÍNGEA INFANTIL | nº00 (50mm) | 05 Unidades |
| 15 | CÂNULA OROFARÍNGEA INFANTIL | nº0 (60mm) | 10 Unidades |
| 16 | CÂNULA OROFARÍNGEA INFANTIL | nº1 (70mm) | 10 Unidades |
| 17 | CÂNULA OROFARÍNGEA INFANTIL | nº2 (80mm) | 10 Unidades |
| 18 | CÂNULA OROFARÍNGEA INFANTIL | nº3 (90mm) | 10 Unidades |
| 19 | CÂNULA OROFARÍNGEA INFANTIL | nº4 (100mm) | 10 Unidades |
| 20 | CÂNULA OROFARÍNGEA INFANTIL | nº5 (110mm) | 10 Unidades |
| 21 | MÁSCARA FACIAL COM COXIM INFLÁVEL E AUTOCLAVÁVEL | Nº 01 | 10 Unidades |
| 22 | MÁSCARA FACIAL COM COXIM INFLÁVEL E AUTOCLAVÁVEL | Nº 02 | 10 Unidades |
| 23 | MÁSCARA FACIAL COM COXIM INFLÁVEL E AUTOCLAVÁVEL | Nº 03 | 10 Unidades |
| 24 | MÁSCARA FACIAL COM COXIM INFLÁVEL E AUTOCLAVÁVEL | Nº 04 | 10 Unidades |
| 25 | MÁSCARA FACIAL COM COXIM INFLÁVEL E AUTOCLAVÁVEL | Nº 05 | 10 Unidades |
| 26 | MANGUITO PARA VERIFICAR PRESSÃO ARTERIAL NEONATAL | NEONATAL | 05 Unidades |
| 27 | MANGUITO PARA VERIFICAR PRESSÃO ARTERIAL ADULTO | ADULTO | 05 Unidades |
| 28 | MANGUITO PARA VERIFICAR PRESSÃO ARTERIAL ADULTO EXTRA | ADULTO EXTRA | 05 Unidades |
| | MANGUITO PARA AFERIR PRESSÃO ARTERIAL INFANTIL | Nº 01 | 02 Unidades |
| 27 | MANGUITO PARA AFERIR PRESSÃO ARTERIAL INFANTIL | Nº 02 | 03 Unidades |
| 28 | MANGUITO PARA AFERIR PRESSÃO ARTERIAL INFANTIL | Nº 03 | 03 Unidades |
| 29 | MANGUITO PARA AFERIR PRESSÃO ARTERIAL INFANTIL | Nº 04 | 03 Unidades |
| 30 | MANGUITO PARA AFERIR PRESSÃO ARTERIAL INFANTIL | Nº 05 | 03 Unidades |
| 31 | FIXADOR DE MÁSCARA (SILICONE 4 PONTAS / CABRESTO) | ADULTO | 10 Unidades |
| 32 | FIXADOR DE MÁSCARA (SILICONE 4 PONTAS / CABRESTO) | INFANTIL | 10 Unidades |
| 33 | GARRA OU ARANHA PARA MÁSCARA FACIL (VNI) 4 PONTOS | - | 20 Unidades |
| 34 | BOUGIE ADULTO | 70 cm / 5 mm | 10 Unidades |
| 35 | KT 5 – COMPOSTO DE VÁLVULA UNIDIRECIONAL, CONECTOR T E BOLSA | - | 10 Unidades |
| 36 | CLEAR CUFF | - | 10 Unidades |
| 37 | SERINGA DE VIDRO REUTILIZÁVEL | 5 ML | 10 Unidades |
| 38 | SERINGA DE VIDRO REUTILIZÁVEL | 10 ML | 10 Unidades |
| 39 | SERINGA DE VIDRO REUTILIZÁVEL | 20 ML | 05 Unidades |
| 40 | CIRCUITO PARA CARRINHO ANESTESICO ADULTO | 1200MM / 22MM | 06 Unidades |
| 41 | CIRCUITO PARA CARRINHO ANESTESICO INFANTIL | 1200MM / 15MM | 06 Unidades |
| 42 | LÂMPADA PARA LARINGOSCÓPIO ADULTO 2,5V | 12,5MM / 4,75MM | 40 Unidades |
| 43 | LÂMPADA PARA LARINGOSCÓPIO INFANTIL 2,5V | 11,5MM / 3,75MM | 10 Unidades |
| 44 | BOUGIE ADULTO | | 10 UNIDADES |
| 45 | CLEAR CUFF | | 10 UNIDADES |



| | | | |
|----|-------------------------|------------|-------------|
| 46 | OXÍMETRO DE PULSO 12/08 | NEO | 02 UNIDADES |
| 47 | OXÍMETRO DE PULSO 12/08 | PEDIÁTRICO | 02 UNIDADES |
| 48 | CAPNÓGRAFO | | 15 UNIDADES |
| 49 | CABO PARA P.A.I | | 10 UNIDADES |
| 50 | SUORTE PARA P.A.I | | 10 UNIDADES |

ANEXO II DO TR – PLANILHA DE PROCEDIMENTOS CIRURGIA GERAL CONFORME CONTRATO DE GESTÃO

| FORMA DE ORGANIZAÇÃO | PLANILHA DE PROCEDIMENTOS CIRURGIA GERAL CONFORME CONTRATO DE GESTÃO |
|----------------------|--|
| | PROCEDIMENTOS |
| 40101 | EXCISAO DE LESAO E/OU SUTURA DE FERIMENTO DA PELE ANEXOS E MUCOSA |
| 40101 | INCISAO E DRENAGEM DE ABSCESSO |
| 40101 | RETIRADA DE CORPO ESTRANHO SUBCUTANEO |
| 40101 | DRENAGEM DE ABSCESSO FARINGEO |
| 40101 | RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DE OUVIDO / FARINGE / LARINGE / NARIZ |
| 40101 | TAMPONAMENTO NASAL ANTERIOR E/OU POSTERIOR |
| 40402 | EXCISÃO E SUTURA DE LESÃO NA BOCA |
| 40505 | RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CORNEA |
| 41301 | CURATIVO EM MEDIO QUEIMADO |
| 030106 | DIAGNOSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGENCIA EM CLINICA CIRURGICA |
| 030804 | TRATAMENTO DE COMPLICACOES DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS OU CLINICOS |
| 040102 | EXCISAO E ENXERTO DE PELE (HEMANGIOMA, NEVUS OU TUMOR) |
| 040102 | EXCISAO E SUTURA DE LESAO NA PELE C/ PLASTICA EM Z OU ROTACAO DE RETALHO |
| 40305 | SIMPATECTOMIA LOMBAR A CEU ABERTO |
| 40305 | SIMPATECTOMIA LOMBAR VIDEOCIRURGICA |
| 40305 | SIMPATECTOMIA TORACICA A CEU ABERTO |
| 40305 | SIMPATECTOMIA TORACICA VIDEOCIRURGICA |
| 41504 | DEBRIDAMENTO DE ULCERA / NECROSE |
| 030106 | DIAGNOSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGENCIA EM CLINICA CIRURGICA |
| 030804 | TRATAMENTO DE COMPLICACOES DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS OU CLINICOS |
| 040401 | TRAQUEOSTOMIA |
| 040701 | GASTROENTEROANASTOMOSE |
| 040701 | GASTROSTOMIA |
| 040702 | APENDICECTOMIA |
| 040702 | COLECTOMIA PARCIAL (HEMICOLECTOMIA) |
| 040702 | COLECTOMIA TOTAL |
| 040702 | COLOSTOMIA |
| 040702 | ENTERECTOMIA |
| 040702 | ENTEROANASTOMOSE (QUALQUER SEGMENTO) |
| 040702 | ENTEROTOMIA E/OU ENTERORRAFIA C/ SUTURA / RESSECCAO (QUALQUER SEGMENTO) |
| 040702 | FECHAMENTO DE ENTEROSTOMIA (QUALQUER SEGMENTO) |



| | |
|--------|--|
| 040702 | FECHAMENTO DE FISTULA DE COLON |
| 040702 | HERNIORRAFIA C/ RESSECCAO INTESTINAL (HERNIA ESTRANGULADA) |
| 040702 | JEJUNOSTOMIA / ILEOSTOMIA |
| 040702 | REMOCAO CIRURGICA DE FECALOMA |
| 040702 | RETOSSIGMOIDECTOMIA ABDOMINAL |
| 040703 | COLECISTECTOMIA |
| 040703 | COLECISTOSTOMIA |
| 040703 | COLEDOCOTOMIA C/ OU S/ COLECISTECTOMIA |
| 040703 | HEPATECTOMIA PARCIAL |
| 040703 | HEPATOTOMIA E DRENAGEM DE ABSCESSO / CISTO |
| 040703 | TRATAMENTO CIRURGICO DE CISTOS PANCREATICOS |
| 040704 | HERNIOPLASTIA DIAFRAGMATICA (VIA ABDOMINAL) |
| 040704 | HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA |
| 040704 | HERNIOPLASTIA INCISIONAL |
| 040704 | HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL) |
| 040704 | HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL) |
| 040704 | HERNIOPLASTIA UMBILICAL |
| 040704 | HERNIORRAFIA S/ RESSECCAO INTESTINAL (HERNIA ESTRANGULADA) |
| 040704 | LAPAROTOMIA EXPLORADORA |
| 040704 | RESSUTURA DE PAREDE ABDOMINAL (POR DEISCENCIA TOTAL / EVISCERACAO) |
| 040901 | CISTOSTOMIA |
| 041204 | TORACOSTOMIA COM DRENAGEM PLEURAL FECHADA |
| 041204 | TRATAMENTO CIRURGICO DE PAREDE TORACICA |
| 041304 | PREPARO DE RETALHO |
| 041304 | TRANSFERENCIA INTERMEDIARIA DE RETALHO |
| 041304 | TRATAMENTO CIRURGICO DE LESOES EXTENSAS C/ PERDA DE SUBSTANCIA CUTANEA |
| 041502 | OUTROS PROCEDIMENTOS COM CIRURGIAS SEQUENCIAIS |
| 041504 | DEBRIDAMENTO DE FASCEITE NECROTIZANTE |
| 041504 | DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS |
| 040702 | APENDICECTOMIA |
| 040702 | COLOSTOMIA |
| 040702 | ENTEROANASTOMOSE (QUALQUER SEGMENTO) |
| 040702 | FECHAMENTO DE ENTEROSTOMIA (QUALQUER SEGMENTO) |
| 040702 | HERNIORRAFIA C/ RESSECCAO INTESTINAL (HERNIA ESTRANGULADA) |
| 040703 | COLECISTECTOMIA |
| 040704 | HERNIOPLASTIA DIAFRAGMATICA (VIA ABDOMINAL) |
| 040704 | HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA |
| 040704 | HERNIOPLASTIA INCISIONAL |
| 040704 | HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL) |
| 040704 | HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL) |
| 040704 | HERNIOPLASTIA UMBILICAL |
| 040704 | HERNIORRAFIA S/ RESSECCAO INTESTINAL (HERNIA ESTRANGULADA) |
| 040704 | LAPAROTOMIA EXPLORADORA |
| 040901 | CISTOSTOMIA |
| 040901 | INSTALACAO ENDOSCOPICA DE CATETER DUPLO J |
| 041204 | TORACOSTOMIA COM DRENAGEM PLEURAL FECHADA |
| 041501 | TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MULTIPLAS |
| 041502 | OUTROS PROCEDIMENTOS COM CIRURGIAS SEQUENCIAIS |
| 041204 | TORACOTOMIA EXPLORADORA |
| 041501 | TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MULTIPLAS |
| 041502 | OUTROS PROCEDIMENTOS COM CIRURGIAS SEQUENCIAIS |
| 041503 | TRATAMENTO CIRURGICO EM POLITRAUMATIZADO |
| 40101 | EXCISAO DE LESAO E/OU SUTURA DE FERIMENTO DA PELE ANEXOS E MUCOSA |



| | |
|-------|--|
| 40101 | INCISAO E DRENAGEM DE ABSCESSO |
| 40101 | RETIRADA DE CORPO ESTRANHO SUBCUTANEO |
| 40101 | DRENAGEM DE ABSCESSO FARINGEO |
| 40101 | RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DE OUVIDO / FARINGE / LARINGE / NARIZ |
| 40101 | TAMPONAMENTO NASAL ANTERIOR E/OU POSTERIOR |
| 40402 | EXCISÃO E SUTURA DE LESÃO NA BOCA |
| 40505 | RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CORNEA |

ANEXO III DO TR- PLANILHA DE PROCEDIMENTOS NEUROCIRURGIA CONFORME CONTRATO DE GESTÃO

| FORMA DE ORGANIZAÇÃO | PLANILHA DE PROCEDIMENTOS NEUROCIRURGIA CONFORME CONTRATO DE GESTÃO |
|-----------------------------|---|
| | PROCEDIMENTOS |
| 20403 | 0204030056 RADIOGRAFIA DE CORACAO E VASOS DA BASE (PA + LATERAL + OBLIQUA) (Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos) |
| 20403 | 0204030064 RADIOGRAFIA DE CORACAO E VASOS DA BASE (PA + LATERAL) Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos |
| 20403 | 0204030072 RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX) (Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos) |
| 20403 | 0204030080 RADIOGRAFIA DE ESOFAGO (Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos) |
| 20403 | 0204030099 RADIOGRAFIA DE ESTERNO (Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos) |
| 20403 | 0204030110 RADIOGRAFIA DE PNEUMOMEDIASTINO (Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos) |
| 20403 | 0204030129 RADIOGRAFIA DE TORAX (APICO-LORDOTICA) (Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos) |
| 20403 | 0204030137 RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + INSPIRACAO + EXPIRACAO + LATERAL) (Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos) |
| 20403 | 0204030145 RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + LATERAL + OBLIQUA) Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos |
| 20403 | 0204030153 RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL) (Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos) |
| 20403 | 0204030161 RADIOGRAFIA DE TORAX (PA PADRAO OIT) (Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos) |
| 20403 | 0204030170 RADIOGRAFIA DE TORAX (PA) (Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos) |
| | DIAGNÓSTICO DE NEUROCIRURGIA |
| 30101 | 0301010048 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO) |
| 30101 | 0301010072 CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA |
| | Consultas médicas/outros profissionais de nível superior |
| 30106 | 0301060029 ATENDIMENTO DE URGENCIA C/ OBSERVACAO ATE 24 HORAS EM ATENCAO ESPECIALIZADA |
| 30106 | 0301060061 ATENDIMENTO DE URGENCIA EM ATENCAO ESPECIALIZADA |
| | Consulta/Atendimento às urgências (em geral) |
| 30110 | 0301100012 ADMINISTRACAO DE MEDICAMENTOS NA ATENCAO ESPECIALIZADA. |
| | Pequenas cirurgias |
| | Procedimentos cirúrgicos gerais/Anestesias |
| 41701 | 0417010052 ANESTESIA REGIONAL |
| 41701 | 0417010060 SEDACAO |



| | PROCEDIMENTOS |
|--------------------------|--|
| 020601 | 0206010010 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL C/ OU S/ CONTRASTE Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos |
| 020601 | 0206010028 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA C/ OU S/ CONTRASTE Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos |
| 020601 | 0206010036 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORACICA C/ OU S/ CONTRASTE Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos |
| 020601 | 0206010044 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DA FACE / ARTICULACOES TEMPORO-MANDIBULARES Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos |
| 020601 | 0206010052 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PESCOCO Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos |
| 020601 | 0206010079 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos |
| | Tomografia da cabeça, pescoço e coluna vert |
| 020602 | 0206020031 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TORAX Idade Mínima: 0 meses Idade Máxima: 130 anos |
| | 0301 - CONSULTAS / ATENDIMENTOS / ACOMPANHAMENTOS |
| | MEDICO NEUROCIRURGIAO e NEUROLOGISTA (ENTRE: 1º VEZ, SUBSEQUENTES/RETORNO) |
| FORMA ORGANIZAÇÃO | PROCEDIMENTOS |
| 030106 | 0301060070 DIAGNOSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGENCIA EM CLINICA CIRURGICA |
| | Consulta/Atendimento às urgências (em geral) |
| 030804 | 0308040015 TRATAMENTO DE COMPLICACOES DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS OU CLINICOS |
| | Cirurgias de pele, tecido subcutâneo e muco |
| 040301 | 0403010012 CRANIOPLASTIA |
| 040301 | 0403010020 CRANIOTOMIA DESCOMPRESSIVA |
| 040301 | 0403010039 CRANIOTOMIA DESCOMPRESSIVA DA FOSSA POSTERIOR |
| 040301 | 0403010063 CRANIOTOMIA PARA RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRACRANIANO |
| 040301 | 0403010080 DERIVACAO RAQUE-PERITONEAL |
| 040301 | 0403010098 DERIVACAO VENTRICULAR EXTERNAR-SUBGALEAL EXTERNA |
| 040301 | 0403010101 DERIVACAO VENTRICULAR PARA PERITONEO / ATRIO / PLEURA / RAQUE |
| 040301 | 0403010160 RETIRADA DE DERIVACAO VENTRICULAR PARA PERITONEO / ATRIO / PLEURA / RAQUE |
| 040301 | 0403010179 RETIRADA DE PLACA DE CRANIOPLASTIA |
| 040301 | 0403010187 REVISAO DE DERIVACAO VENTRICULAR PARA PERITONEO / ATRIO / PLEURA / RAQUE |
| 040301 | 0403010195 TRATAMENTO CIRURGICO DE ABSCESSO INTRACRANIANO |
| 040301 | 0403010268 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO CRANIO COM AFUNDAMENTO |
| 040301 | 0403010276 TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA EXTRADURAL |
| 040301 | 04.03.01.028-4 - TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA INTRACEREBRAL |
| 040301 | 0403010306 TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA SUBDURAL AGUDO |
| 040301 | 0403010314 TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA SUBDURAL CRONICO |
| 040301 | 0403010322 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE OSTEOMIELITE DO CRÂNIO |
| 040301 | 0403010349 TREPANACAO CRANIANA PARA PROPEDEUTICA NEUROCIRURGICA / IMPLANTE PARA MONITORIZACAO PIC |
| 040301 | 0403010365 TREPANACAO CRANIANA PARA PROPEDEUTICA OU TERAPEUTICA |



| | |
|--------|---|
| | NEUROCIRURGICA |
| 040301 | 0403010390 DRENAGEM LIQUÓRICA LOMBAR EXTERNA |
| | Trauma e anomalias do desenvolvimento |
| 40305 | 0403050111 SIMPATECTOMIA LOMBAR A CEU ABERTO |
| 40305 | 0403050120 SIMPATECTOMIA LOMBAR VIDEOCIRURGICA |
| 40305 | 0403050138 SIMPATECTOMIA TORACICA A CEU ABERTO |
| 40305 | 0403050146 SIMPATECTOMIA TORACICA VIDEOCIRURGICA |
| | Tratamento neurocirúrgico da dor funcional |
| 040401 | 0404010377 TRAQUEOSTOMIA |
| | 0404020658 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE OSTEOMA, ODONTOMA /OUTRAS LESÕES ESPECIFICADAS |
| 040402 | |
| 040702 | 0407020187 ENTEROANASTOMOSE (QUALQUER SEGMENTO) |
| | 0407020209 ENTEROTOMIA E/OU ENTERORRAFIA C/ SUTURA / RESSECCAO (QUALQUER SEGMENTO) |
| 040702 | |
| 040702 | 0407020241 FECHAMENTO DE ENTEROSTOMIA (QUALQUER SEGMENTO) |
| | 0407020250 FECHAMENTO DE FISTULA DE COLON |
| 040702 | 0407020292 HERNIORRAFIA C/ RESSECCAO INTESTINAL (HERNIA ESTRANGULADA) |
| | 0407020306 JEJUNOSTOMIA / ILEOSTOMIA |
| 040702 | 0407020381 REMOCAO CIRURGICA DE FECALOMA |
| 040702 | 0407020403 RETOSSIGMOIDECTOMIA ABDOMINAL |
| | Membros superiores |
| 040803 | 0408030399 DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (UM NIVEL) |
| | 0408030402 DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (DOIS NIVEIS) |
| 040803 | 0408030437 DISCECTOMIA CERVICAL POR VIA ANTERIOR (1 NIVEL) |
| 040803 | 0408030445 DISCECTOMIA CERVICAL POR VIA ANTERIOR (2 OU MAIS NIVEIS) |
| 040803 | 0408030470 DRENAGEM CIRURGICA DO PSOAS |
| | 0408030534 RESSECCAO DE ELEMENTO VERTEBRAL POSTERIOR / POSTERO-LATERAL / DISTAL A C2 (MAIS DE 2 SEGMENTOS) |
| 040803 | 0408030542 RESSECCAO DE ELEMENTO VERTEBRAL POSTERIOR / POSTERO-LATERAL DISTAL A C2 (ATE 2 SEGMENTOS) |
| | 0408030607 RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA COLUNA TORACO-LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR |
| 040803 | |
| | Coluna vertebral e caixa torácica |
| 040804 | 0408040017 ARTRODESE DE GRANDES ARTICULACOES COXO-FEMURAI |
| 040804 | 0408040025 ARTRODESE DE GRANDES ARTICULACOES DA SINFISE PUBICA |
| 040804 | 0408040106 DESARTICULACAO DA COXO-FEMORAL |
| 040804 | 0408040122 EPIFISIODESE DO TROCANTER MAIOR DO FEMUR |
| 040804 | 0408040130 EPIFISIODESE FEMORAL PROXIMAL IN SITU |
| 040804 | 0408040149 OSTECTOMIA DA PELVE |
| 040804 | 0408040181 REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO CONGENITA COXO FEMORAL |
| | 0408040190 REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO COXO-FEMORAL TRAUMATICA / POS-ARTROPLASTIA |
| 040804 | |
| 040804 | 0408040203 REDUCAO INCRUENTA DISJUNCAO / LUXACAO / FRATURA / FRATURA-LUXACAO AO NIVEL DO ANEL PELVICO |
| 040804 | 0408040211 RETIRADA DE ENXERTO AUTOGENO DE ILIACO |
| | 0408040238 TRANSPOSICAO / TRANSFORMACAO MIOTENDINOSA DO PSOAS EM NEUROMUSCULAR |
| 040804 | |
| 040804 | 0408040262 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LUXACAO / FRATURA-LUXACAO / DISJUNCAO DO ANEL PELVICO ANTERO/POSTE |
| | 0408040270 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LUXACAO / FRATURA-LUXACAO DO COCCIX |
| 040804 | |
| 040804 | 0408040335 TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO COXO-FEMORAL |



| | |
|--------------------------|---|
| | TRAUMÁTICA / POS-ARTROPLASTIA |
| 040804 | 0408040343 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO ESPONTÂNEA / PROGRESSIVA / PARALÍTICA DO QUADRIL |
| | Múltiplas |
| 041502 | 0415020026 PROCEDIMENTOS SEQUENCIAIS EM NEUROCIRURGIA E/OU ORTOPEDIA (*) |
| 041502 | 0415020034 OUTROS PROCEDIMENTOS COM CIRURGIAS SEQUENCIAIS |
| 041502 | 0415020042 PROCEDIMENTOS SEQUENCIAIS EM ANOMALIA CRÂNIO E BUCOMAXILOFACIAL (*) |
| | Procedimentos cirúrgicos gerais |
| FORMA ORGANIZAÇÃO | PROCEDIMENTOS |
| 030106 | 0301060088 DIAGNÓSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM CLÍNICA MÉDICA |
| | Tratamento de doenças do sistema nervoso central |
| 030306 | 0303060026 TRATAMENTO DE ARRITMIAS |
| 030306 | 0303060107 TRATAMENTO DE CRISE HIPERTENSIVA |
| 030306 | 0303060131 TRATAMENTO DE EDEMA AGUDO DE PULMÃO |
| 030306 | 0303060166 TRATAMENTO DE ENDOCARDITE INFECCIOSA EM VÁLVULA NATIVA |
| 030306 | 0303060182 TRATAMENTO DE HIPERTENSÃO SECUNDÁRIA |
| 030306 | 0303060190 TRATAMENTO DE INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO |
| 030306 | 0303060212 TRATAMENTO DE INSUFICIÊNCIA CARDÍACA |
| 030306 | 0303060239 TRATAMENTO DE MIOCARDIOPATIAS |
| 030306 | 0303060280 TRATAMENTO DE SÍNDROME CORONARIANA AGUDA |
| 030306 | 0303060301 TRATAMENTO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES C/ ÚLCERA |
| | LEITO ESPECIALIDADE |
| | CIRÚRGICA |
| | PEDIÁTRICA |
| FORMA ORGANIZAÇÃO | PROCEDIMENTOS |
| 040301 | 0403010047 CRANIOTOMIA PARA RETIRADA DE CISTO / ABSCESSO / GRANULOMA ENCEFÁLICO |
| 040301 | 0403010055 CRANIOTOMIA PARA RETIRADA DE CISTO / ABSCESSO / GRANULOMA ENCEFÁLICO (C/ TÉCNICA COMPLEMENTAR) |
| 040301 | 0403010071 CRANIOTOMIA PARA RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRACRANIANO (COM TÉCNICA COMPLEMENTAR) |
| 040301 | 0403010110 DESCOMPRESSÃO DE ORBITA POR DOENÇA OU TRAUMA |
| 040301 | 0403010128 MICROCIRURGIA CEREBRAL ENDOSCÓPICA |
| 040301 | 0403010136 MICROCIRURGIA DA SIRINGOMIELIA |
| 040301 | 0403010217 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE CRANIOSSINOSTOSE COMPLEXA |
| 040301 | 0403010225 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DISRAFISMO ABERTO |
| 040301 | 0403010233 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DISRAFISMO OCULTO |
| 040301 | 0403010241 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FÍSTULA LIQUÓRICA CRANIANA |
| 040301 | 0403010250 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FÍSTULA LIQUÓRICA RAQUIDIANA |
| 040301 | 0403010292 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HEMATOMA INTRACEREBRAL (COM TÉCNICA COMPLEMENTAR) |
| 040301 | 0403010330 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PLATIBASIA E MALFORMAÇÃO DE ARNOLD CHIARI |
| 040301 | 0403010357 TREPANAÇÃO CRANIANA PARA PROPEDEÚTICA OU TERAPÊUTICA NEUROCIRÚRGICA (COM TÉCNICA COMPLEMENTAR) |
| | Trauma e anomalias do desenvolvimento |
| 040302 | 0403020018 ENXERTO MICROCIRÚRGICO DE NERVO PERIFÉRICO (2 OU MAIS) |



| | |
|--------|--|
| | NERVOS) |
| 040302 | 0403020026 ENXERTO MICROCIURGICO DE NERVO PERIFERICO (ÚNICO NERVO) |
| 040302 | 0403020034 MICROCIURGIA DE PLEXO BRAQUIAL COM EXPLORAÇÃO E NEUROLISE |
| 040302 | 0403020042 MICROCIURGIA DE PLEXO BRAQUIAL COM MICROENXERTIA |
| 040302 | 0403020050 MICRONEUROLISE DE NERVO PERIFERICO |
| | Coluna e nervos periféricos |
| 040303 | 0403030013 CRANIOTOMIA PARA BIOPSIA ENCEFALICA |
| 040303 | 0403030021 CRANIOTOMIA PARA BIOPSIA ENCEFALICA (COM TÉCNICA COMPLEMENTAR) |
| 040303 | 0403030030 CRANIOTOMIA PARA RETIRADA DE TUMOR CEREBRAL INCLUSIVO DA FOSSA POSTERIOR |
| 040303 | 0403030048 CRANIOTOMIA PARA RETIRADA DE TUMOR INTRACRANIANO |
| 040303 | 0403030056 CRANIECTOMIA POR TUMOR OSSEO |
| 040303 | 0403030064 HIPOFISECTOMIA TRANSESFENOIDAL POR TECNICA COMPLEMENTAR |
| 040303 | 0403030080 MICROCIURGIA DE TUMOR INTRADURAL E EXTRAMEDULAR |
| 040303 | 0403030099 MICROCIURGIA DE TUMOR MEDULAR COM TECNICA COMPLEMENTAR |
| 040303 | 0403030102 MICROCIURGIA DE TUMOR MEDULAR |
| 040303 | 0403030110 MICROCIURGIA PARA BIOPSIA DE MEDULA ESPINHAL OU RAIZES |
| 040303 | 0403030129 MICROCIURGIA PARA TUMOR DA BASE DO CRANIO |
| 040303 | 0403030137 MICROCIURGIA PARA TUMOR DE ORBITA |
| 040303 | 0403030145 MICROCIURGIA PARA TUMOR INTRACRANIANO |
| 040303 | 0403030153 MICROCIURGIA PARA TUMOR INTRACRANIANO (COM TECNICA COMPLEMENTAR) |
| 040303 | 0403030161 RESSECÇÃO DE TUMOR RAQUIMEDULAR EXTRADURAL |
| 040303 | 0403030170 TRATAMENTO CONSERVADOR DE TUMOR DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL |
| | Tumores do sistema nervoso |
| 040304 | 0403040019 ANASTOMOSE VASCULAR EXTRA / INTRACRANIANA |
| 040304 | 0403040027 DESCOMPRESSAO NEUROVASCULAR DE NERVOS CRANIANOS |
| 040304 | 0403040051 MICROCIURGIA PARA MALFORMAÇÃO ARTERIO-VENOSA CEREBRAL |
| 040304 | 0403040060 MICROCIURGIA PARA MALFORMAÇÃO ARTERIO-VENOSA CEREBRAL PROFUNDA |
| 040304 | 0403040078 MICROCIURGIA VASCULAR INTRACRANIANA (COM TÉCNICA COMPLEMENTAR) |
| 040304 | 0403040086 TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA CAROTIDEO-CAVERNOSA |
| 040304 | 0403040094 MICROCIURGIA PARA ANEURISMA DA CIRCULAÇÃO CEREBRAL ANTERIOR MAIOR QUE 1,5 CM |
| 040304 | 0403040108 MICROCIURGIA PARA ANEURISMA DA CIRCULAÇÃO CEREBRAL POSTERIOR (MAIOR QUE 1,5 CM) |
| 040304 | 0403040116 MICROCIURGIA P/ARA ANEURISMA DA CIRCULAÇÃO CEREBRAL ANTERIOR MENOR QUE 1,5 CM |
| 040304 | 0403040124 MICROCIURGIA PARA ANEURISMA DA CIRCULAÇÃO CEREBRAL POSTERIOR MENOR QUE 1,5 CM |
| | Neurocirurgias vasculares |
| 040307 | 0403070015 ANGIOPLASTIA INTRACRANIANA EM VASO-ESPASMO |
| 040307 | 0403070040 EMBOLIZAÇÃO DE ANEURISMA CEREBRAL MAIOR QUE 1,5 CM COM COLO ESTREITO |
| 040307 | 0403070058 EMBOLIZAÇÃO DE ANEURISMA CEREBRAL MAIOR QUE 1,5 CM COM COLO LARGO |
| 040307 | 0403070082 EMBOLIZAÇÃO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA DA CABEÇA E PESCOÇO |
| 040307 | 0403070090 EMBOLIZAÇÃO DE FISTULA CAROTIDO-CAVERNOSA COM BALÕES |



| | |
|--------|--|
| | DESTACÁVEIS |
| 040307 | 0403070104 EMBOLIZAÇÃO DE MALFORMAÇÃO ARTERIO-VENOSA DURAL COMPLEXA DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL |
| 040307 | 0403070112 EMBOLIZAÇÃO DE MALFORMAÇÃO ARTERIO-VENOSA DURAL SIMPLES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL |
| 040307 | 0403070120 EMBOLIZAÇÃO DE MALFORMAÇÃO ARTERIO-VENOSA INTRAPARENQUIMATOSA DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL |
| 040307 | 0403070139 EMBOLIZAÇÃO DE TUMOR INTRA-CRANIANO OU DA CABEÇA E PESCOÇO |
| 040307 | 0403070147 TRATAMENTO DE ANEURISMA GIGANTE POR OCLUSÃO DO VASO PORTADOR |
| 040307 | 0403070155 EMBOLIZAÇÃO DE ANEURISMA CEREBRAL MENOR QUE 1,5 CM COM COLO ESTREITO |
| 040307 | 0403070163 EMBOLIZAÇÃO DE ANEURISMA CEREBRAL MENOR DO QUE 1,5 CM COM COLO LARGO |
| | Tratamento neuro-endovascular |
| 040402 | 0404020224 RECONSTRUÇÃO TOTAL DE CAVIDADE ORBITÁRIA |
| 040402 | 0404020240 RECONSTRUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DE NARIZ |
| 040402 | 0404020739 RECONSTRUÇÃO PARCIAL DE MANDÍBULA / MAXILA |
| 040402 | 0404020780 RECONSTRUÇÃO TOTAL DE MANDÍBULA/MAXILA |
| | Cirurgia da face e do sistema estomatognomá |
| 040504 | 0405040164 RECONSTITUICAO DE PAREDE DA ORBITA |
| | Cavidade orbitária e globo ocular |
| 040601 | 0406010021 ABERTURA DE ESTENOSE AORTICA VALVAR (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010030 ABERTURA DE ESTENOSE PULMONAR VALVAR (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010048 AMPLIACAO DE VIA DE SAIDA DO VENTRICULO DIREITO E/OU RAMOS PULMONARES (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010056 AMPLIACAO DE VIA DE SAIDA DO VENTRICULO ESQUERDO (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010064 ANASTOMOSE CAVO-PULMONAR BIDIRECIONAL (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010080 ANASTOMOSE SISTEMICO-PULMONAR (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010099 BANDAGEM DA ARTERIA PULMONAR (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010137 CORRECAO DE ANEURISMA / DISSECCAO DA AORTA TORACO-ABDOMINAL (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0801 e 0805 - 12 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010161 CORRECAO DE ATRIO ÚNICO (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 18 anos) |
| 040601 | 0406010170 CORRECAO DE BANDA ANOMALA DO VENTRICULO DIREITO (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 18 anos) |
| 040601 | 0406010188 CORRECAO DE COARCTACAO DA AORTA (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010200 CORRECAO DE COMUNICACAO INTER-VENTRICULAR E INSUFICIENCIA AORTICA (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010218 CORRECAO DE COR TRIARIATUM (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010234 CORRECAO DE DRENAGEM ANOMALA DO RETORNO SISTEMICO (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010242 CORRECAO DE DRENAGEM ANOMALA PARCIAL DE VEIAS PULMONARES (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010293 CORRECAO DE ESTENOSE MITRAL CONGENITA (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010307 CORRECAO DE ESTENOSE SUPRA-AORTICA (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |



| | |
|--------|--|
| | anos) |
| 040601 | 0406010315 CORRECAO DE FISTULA AORTO-CAVITARIAS (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010323 CORRECAO DE HIPERTROFIA SEPTAL ASSIMETRICA (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010340 CORRECAO DE INSUFICIENCIA DA VALVULA TRICUSPIDE (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010358 CORRECAO DE INSUFICIENCIA MITRAL CONGENITA (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010382 CORRECAO DE JANELA AORTO-PULMONAR (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010390 CORRECAO DE LESOES NA TRANSPOSICAO CORRIGIDA DOS VASOS DA BASE (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 18 anos) |
| 040601 | 0406010404 CORRECAO DE PERSISTENCIA DO CANAL ARTERIAL (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010439 CORRECAO DE TETRALOGIA DE FALLOT E VARIANTES (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010455 CORRECAO DE TRANSPOSICAO DE GRANDES VASOS DA BASE (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010480 CORRECAO DO CANAL ATRIO-VENTRICULAR (PARCIAL / INTERMEDIARIO)(0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010501 CORRECOES DE ANOMALIAS DO ARCO AORTICO (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010528 EXERESE DE CISTO PERICARDICO (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010536 FECHAMENTO DE COMUNICACAO INTERATRIAL (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010544 FECHAMENTO DE COMUNICACAO INTERVENTRICULAR (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010552 IMPLANTE C/ TROCA DE POSICAO DE VALVAS (CIRURGIA DE ROSS) (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010641 IMPLANTE DE MARCAPASSO DE CAMARA DUPLA EPIMIOCARDICO (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010650 IMPLANTE DE MARCAPASSO DE CAMARA DUPLA TRANSVENOSO (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010668 IMPLANTE DE MARCAPASSO DE CAMARA UNICA EPIMIOCARDICO (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010676 IMPLANTE DE MARCAPASSO DE CAMARA UNICA TRANSVENOSO (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010692 IMPLANTE DE PROTESE VALVAR (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010706 INFARTECTOMIA / ANEURISMECTOMIA ASSOCIADA OU NAO A REVASCULARIZACAO MIOCARDICA (0801 e 0803 - 18 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010714 INSTALACAO DE ASSISTENCIA CIRCULATORIA (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010730 LIGADURA DE FISTULA SISTEMICO-PULMONAR (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010749 MANUTENCAO DE ASSISTENCIA CIRCULATORIA (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010757 PERICARDIECTOMIA (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010765 PERICARDIECTOMIA PARCIAL (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010790 PLASTICA DE LOJA DE GERADOR DE SISTEMA DE ESTIMULACAO CARDIACA ARTIFICIAL (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 18 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010803 PLASTICA VALVAR (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |



| | |
|--------|--|
| 040601 | 0406010811 PLASTICA VALVAR C/ REVASCULARIZACAO MIOCARDICA (0801 e 0803 - 18 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010820 PLASTICA VALVAR E/OU TROCA VALVAR MULTIPLA (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010838 RECONSTRUCAO DA RAIZ DA AORTA (0801 e 0803 - 18 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010846 RECONSTRUCAO DA RAIZ DA AORTA C/ TUBO VALVADO (0801 e 0803 - 18 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010862 REPOSICIONAMENTO DE ELETRODOS DE MARCAPASSO (0801 e 0803 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010889 RESSECCAO DE ENDOMIOCARDIOFIBROSE (0801 e 0803 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010897 RESSECCAO DE MEMBRANA SUB-AORTICA (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010900 RESSECCAO DE TUMOR INTRACARDIACO (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010919 RETIRADA DE SISTEMA DE ESTIMULACAO CARDIACA ARTIFICIAL (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010927 REVASCULARIZACAO MIOCARDICA C/ USO DE EXTRACORPOREA (0801 e 0803 - 18 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010935 REVASCULARIZACAO MIOCARDICA C/ USO DE EXTRACORPOREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS) (0801 e 0803 - 18 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010943 REVASCULARIZACAO MIOCARDICA S/ USO DE EXTRACORPOREA (0801 e 0803 - 18 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010951 REVASCULARIZACAO MIOCARDICA S/ USO DE EXTRACORPOREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS) (0801 e 0803 - 18 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010986 TROCA DE AORTA ASCENDENTE (0801 e 0803 - 18 a 130 anos) |
| 040601 | 0406010994 TROCA DE ARCO AORTICO (0801 e 0803 - 18 a 130 anos) |
| 040601 | 0406011036 TROCA DE ELETRODOS DE MARCAPASSO DE CAMARA DUPLA (0801 e 0803 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406011044 TROCA DE ELETRODOS DE MARCAPASSO DE CAMARA ÚNICA (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406011125 TROCA DE GERADOR DE MARCAPASSO DE CAMARA DUPLA (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406011133 TROCA DE GERADOR DE MARCAPASSO DE CAMARA ÚNICA (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406011150 TROCA DE GERADOR E DE ELETRODO DE MARCAPASSO DE CAMARA ÚNICA (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406011184 TROCA DE GERADOR E DE ELETRODOS DE MARCAPASSO DE CAMARA DUPLA (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 130 anos) |
| 040601 | 0406011214 UNIFOCALIZACAO DE RAMOS DA ARTERIA PULMONAR C/ CIRCULACAO EXTRACORPOREA (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 18 anos) |
| 040601 | 0406011222 UNIFOCALIZACAO DE RAMOS DA ARTERIA PULMONAR S/ CIRCULACAO EXTRACORPOREA (0801 e 0803 - 0801 e 0804 - 0 a 18 anos) |
| 040601 | 0406011230 ANASTOMOSE SISTEMICO PULMONAR COM CEC (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406011249 CORRECAO DE COARCTACAO DA AORTA COM CEC (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| 040601 | 0406011257 CORREÇÃO DE CORONARIA ANOMALA (19 A 110) (0801 e 0803 - 19 a 130 anos) |
| | Cintura escapular |
| 040803 | 0408030011 ARTRODESE CERVICAL / CERVICO TORACICA POSTERIOR CINCO NIVEIS - INCLUI INSTRUMENTACAO |
| 040803 | 0408030020 ARTRODESE CERVICAL / CERVICO-TORACICA POSTERIOR UM NIVEL - INCLUI INSTRUMENTACAO |



| | |
|--------|--|
| 040803 | 0408030038 ARTRODESE CERVICAL / CERVICO-TORACICA POSTERIOR DOIS NIVEIS - INCLUI INSTRUMENTACAO |
| 040803 | 0408030046 ARTRODESE CERVICAL / CERVICO-TORACICA POSTERIOR SEIS NIVEIS - INCLUI INSTRUMENTACAO |
| 040803 | 0408030054 ARTRODESE CERVICAL / CERVICO-TORACICA POSTERIOR TRES NIVEIS - INCLUI INSTRUMENTACAO |
| 040803 | 0408030062 ARTRODESE CERVICAL ANTERIOR TRES NIVEIS |
| 040803 | 0408030070 ARTRODESE CERVICAL ANTERIOR DOIS NIVEIS |
| 040803 | 0408030089 ARTRODESE CERVICAL ANTERIOR C1-C2 VIA TRANS-ORAL / EXTRA-ORAL |
| 040803 | 0408030097 ARTRODESE CERVICAL ANTERIOR CINCO NIVEIS |
| 040803 | 0408030100 ARTRODESE CERVICAL ANTERIOR QUATRO NIVEIS |
| 040803 | 0408030119 ARTRODESE CERVICAL ANTERIOR UM NIVEL |
| 040803 | 0408030127 ARTRODESE CERVICAL POSTERIOR C1-C2 |
| 040803 | 0408030135 ARTRODESE INTERSOMATICA VIA POSTERIOR / POSTERO-LATERAL UM NIVEL |
| 040803 | 0408030143 ARTRODESE INTERSOMATICA VIA POSTERIOR / POSTERO-LATERAL DOIS NIVEIS |
| 040803 | 0408030151 ARTRODESE INTERSOMATICA VIA POSTERIOR / POSTERO-LATERAL QUATRO NIVEIS |
| 040803 | 0408030160 ARTRODESE INTERSOMATICA VIA POSTERIOR / POSTERO-LATERAL TRES NIVEIS |
| 040803 | 0408030178 ARTRODESE OCCIPTO-CERVICAL (C2) POSTERIOR |
| 040803 | 0408030186 ARTRODESE OCCIPTO-CERVICAL (C3)POSTERIOR |
| 040803 | 0408030194 ARTRODESE OCCIPTO-CERVICAL (C4)POSTERIOR |
| 040803 | 0408030208 ARTRODESE OCCIPTO-CERVICAL (C5) POSTERIOR |
| 040803 | 0408030216 ARTRODESE OCCIPTO-CERVICAL (C6)POSTERIOR |
| 040803 | 0408030224 ARTRODESE OCCIPTO-CERVICAL (C7) POSTERIOR |
| 040803 | 0408030232 ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA ANTERIOR UM NIVEL - INCLUI INSTRUMENTACAO |
| 040803 | 0408030240 ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA ANTERIOR (DOIS NIVEIS - INCLUI INSTRUMENTCAO) |
| 040803 | 0408030259 ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA ANTERIOR, TRES NIVEIS, INCLUI INSTRUMENTACAO |
| 040803 | 0408030267 ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR (UM NIVEL - INCLUI INSTRUMENTACAO) |
| 040803 | 0408030275 ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR (TRES NIVEIS - INCLUI INSTRUMENTACAO) |
| 040803 | 0408030283 ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR CINCO NIVEIS, INCLUI INSTRUMENTACAO |
| 040803 | 0408030291 ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR, DOIS NIVEIS, INCLUI INSTRUMENTACAO |
| 040803 | 0408030305 ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR, QUATRO NIVEIS, INCLUI INSTRUMENTACAO |
| 040803 | 0408030313 ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR, SEIS NIVEIS, INCLUI INSTRUMENTACAO |
| 040803 | 0408030321 ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR, SETE NIVEIS, INCLUI INSTRUMENTACAO |
| 040803 | 0408030330 COSTO-TRANSVERSECTOMIA |
| 040803 | 0408030348 COSTOPLASTIA (3 OU MAIS COSTELAS) |
| 040803 | 0408030356 DESCOMPRESSAO DA JUNCAO CRANIO-CERVICAL VIA TRANSORAL / RETROFARINGEA |
| 040803 | 0408030364 DESCOMPRESSAO OSSEA NA JUNCAO CRANIO-CERVICAL VIA POSTERIOR |



| | |
|--------|---|
| 040803 | 0408030372 DESCOMPRESSAO OSSEA NA JUNCAO CRANIO-CERVICAL VIA POSTERIOR C/ AMPLIACAO DURAL |
| 040803 | 0408030380 DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (1 NIVEL C/ MICROSCOPIO) |
| 040803 | 0408030410 DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (DOIS OU MAIS NIVEIS C/ MICROSCOPIO) |
| 040803 | 0408030429 DISCECTOMIA CERVICAL ANTERIOR (ATE 2 NIVEIS C/ MICROSCOPIO) |
| 040803 | 0408030453 DISCECTOMIA TORACO-LOMBO-SACRA POR VIA ANTERIOR (C/ 2 OU MAIS NIVEIS) |
| 040803 | 0408030461 DISCECTOMIA TORACO-LOMBO-SACRA POR VIA ANTERIOR (1 NIVEL) |
| 040803 | 0408030500 RESSECCAO DE 2 OU MAIS CORPOS VERTEBRAIS CERVICAIS (INCLUI RECONSTRUCAO) |
| 040803 | 0408030518 RESSECCAO DE 2 OU MAIS CORPOS VERTEBRAIS TORACO-LOMBO-SACROS (INCLUI RECONSTRUCAO) |
| 040803 | 0408030550 RESSECCAO DE UM CORPO VERTEBRAL CERVICAL |
| 040803 | 0408030569 RESSECCAO DE UM CORPO VERTEBRAL TORACO-LOMBO-SACRO (INCLUI RECONSTRUCAO) |
| 040803 | 0408030577 RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA COLUNA CERVICAL POR VIA ANTERIOR ALTA |
| 040803 | 0408030585 RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA COLUNA CERVICAL POR VIA POSTERIOR |
| 040803 | 0408030593 RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA COLUNA TORACO-LOMBO-SACRA POR VIA ANTERIOR |
| 040803 | 0408030615 REVISAO DE ARTRODESE / TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTOSE DA COLUNA TORACO-LOMBO-SACRA ANTERIOR |
| 040803 | 0408030623 REVISAO DE ARTRODESE / TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE DA COLUNA CERVICAL POSTERIOR |
| 040803 | 0408030631 REVISAO DE ARTRODESE / TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE DA COLUNA TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR |
| 040803 | 0408030640 REVISAO DE ARTRODESE TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDOARTORSE DA COLUNA CERVICAL ANTERIOR |
| 040803 | 0408030658 TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA ANTERO-POSTERIOR NOVE OU MAIS NIVEIS |
| 040803 | 0408030917 ARTRODESE CERVICAL / CERVICO TORACICA POSTERIOR QUATRO NIVEIS INCLUI INSTRUMENTACAO |
| | Coluna vertebral e caixa torácica |
| 040804 | 0408040033 ARTRODESE DE GRANDES ARTICULACOES SACRO-ILIACAS |
| 040804 | 0408040173 REDUCAO INCRUENTA C/ MANIPULACAO DE LUXACAO ESPONTANEA / PROGRESSIVA DO QUADRIL P/ APLICAO DE DISPOS |
| 040804 | 0408040220 REVISAO CIRURGICA DE LUXACAO COXO FEMORAL CONGENITA |
| 040804 | 0408040254 TRATAMENTO CIRURGICO DE ASSOCIACAO FRATURA / LUXACAO / FRATURA-LUXACAO / DISJUNCAO DO ANEL PELVICO |
| 040804 | 0408040289 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LUXACAO COXO-FEMORAL C/ FRATURA DA EPIFISE FEMORAL |
| 040804 | 0408040297 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO ACETABULO |
| 040804 | 0408040300 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO SACRO |
| 040804 | 0408040319 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA-LUXACAO DA ARTICULACAO COXO-FEMORAL (DUPLO ACESSO) |
| 040804 | 0408040327 TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO COXO-FEMORAL CONGENITA |
| | Membros inferiores |
| 041204 | 0412040131 TORACECTOMIA SEM RECONSTRUÇÃO PARIETAL |



| | |
|--------|---|
| 041204 | 0412040174 TORACOTOMIA EXPLORADORA |
| | Parede torácica |
| 041205 | 0412050048 LOBECTOMIA PULMONAR |
| | Pulmão |
| 041501 | 0415010012 TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MULTIPLAS |
| | Múltiplas |
| 041502 | 0415020034 OUTROS PROCEDIMENTOS COM CIRURGIAS SEQUENCIAIS |
| | Sequenciais |
| 041503 | 0415030013 TRATAMENTO CIRURGICO EM POLITRAUMATIZADO |

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA - ECSP CONTRATO N.º 0XX/202X/ECSP

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0XX/202X.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 00.089.178/2023-1.

A **EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, inscrita no CNPJ n. 21.873.611/0001-14, com sede na Rua Orivaldo M. de Souza s/n, - Ribeirão do Lipa, Cuiabá-MT, por intermédio da sua Diretoria Executiva, representada pelos seus diretores: GIOVANI VALAR KOCH, nomeado pelo ato n. 42, de 05 de janeiro de 2024, publicado na Gazeta Municipal de 05 de janeiro de 2024, exercendo o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro e, o JUARES SILVEIRA SAMANIEGO, nomeado pelo ato n. 38, de 05 de janeiro de 2024, publicada na Gazeta Municipal em 05 de janeiro de 2024, exercendo o cargo de Diretor Geral da Empresa Cuiabana e Saúde Pública - ECSP, doravante **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____, sediada _____, e-mail: _____ neste ato representado pelo(a) _____, _____, Portador do RG nº _____, Inscrito no CPF sob nº _____, residente e domiciliado no Município de _____, doravante

CONTRATADA, em observância às disposições legais da Lei n. 13.303 de 2016, IN 02/2023/ECSP, da Lei 8.078 de 1990, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 00X/2024, Processo Administrativo n. 00.0XX.XXXX/2023-1, mediante as cláusulas condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em serviços médicos na área de **ANESTESIOLOGIA** para atender os Hospitais: Hospital Municipal de Cuiabá DrºLeony Palma de Carvalho - HMC e Hospital Municipal São Benedito – HMSB ambos geridos pela Empresa Cuiabana de Saúde Pública – ECSP, conforme quantitativo e especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES AO CONTRATO

2.1 Constituem partes integrantes deste contrato, estando a ele vinculadas, como se neste estivessem transcritas, o Edital nº ____/2024.

2.2 Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do padrão da técnica atual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTRATO E GARANTIA CONTRATUAL

3.1 O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, e por se tratar de serviços a serem executados de forma contínua, poderá ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas a administração, limitada a 05 (cinco) anos (Inciso II do Artigo 71 da Lei nº 13.303/16).

3.1.1 A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme



o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.1.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

3.2 Na assinatura no contrato serão necessários, a empresa apresente, para análise técnicas, os seguintes documentos:

- c) Relação Nominal dos Profissionais (Anexo IV);
- d) Declaração de Anuência dos Profissionais (Anexo V);

3.2.1 Caso o Profissional Médico listado no item acima não atender as necessidades deste objeto a CONTRATADA terá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar outro profissional qualificado.

3.2.2 Ressalta-se que no ato da apresentação dos profissionais para habilitação técnica, caso o médico habilitado não esteja inscrito no CRM local, o mesmo terá o prazo de 90 dias para inscrição no CRM-MT, conforme a resolução do CFM Nº1.948 de 10 de junho de 2010;

3.3 Da rescisão Contratual:

3.3.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 83 e 84 da Lei no 13.303/16;

3.3.2 A rescisão do Contrato poderá ser:

- d. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a III do artigo 83 e 84 da Lei mencionada, notificando-se a(s) CONTRATADA(S) Vencedora(s) com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- e. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Pregão, desde que haja conveniência para a Administração;
- f. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

3.3.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.4 Da alteração:

3.4.1 O presente Contrato poderá ser alterado. As alterações contratuais deverão se dar mediante a celebração de Termo Aditivo, de acordo com a vontade das partes, observadas as disposições previstas na ECSP. Na hipótese de reajustamento do Contrato e demais alterações contratuais que não constituam modificação da essência da avença, e que não alterem cláusulas essenciais à contratação, podem ser formalizadas por simples apostilamento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES

4.1 Do Quantitativo, especificações e valores:

| LOTE ÚNICO | | | | | | | | | |
|------------------------------------|-----------|----------------------------|---------------------|---------------------------|----------------------|----------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------------|
| SERVIÇOS MÉDICOS EM ANESTESIOLOGIA | | | | | | | | | |
| Item | Descrição | Unid. De Medida HMC E HMSB | Quant. De Prof. HMC | Est. De Plantão Anual HMC | Quant. De Prof. HMSB | Est. De Plantão Anual HMSB | Valor Estimado Unitário | Valor Estimado Mensal | Valor Estimado Anual |



| | | | | | | | | | |
|-------------|--|---|--|--------------------------------|---|--------------------------------|--------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| 01 | <p>Diploma de Conclusão do Curso de Medicina.</p> <p>Comprovação do registro no Conselho Regional de Medicina-CRM.</p> <p>RQE – Residência Médica em ANESTESIOLOGIA reconhecida pelo CNRM;</p> <p>ou Título de especialista em ANESTESIOLOGIA reconhecido pela AMB e registrada pelo CRM</p> | <p>MÉDICO</p> <p>Anestesista Presencial</p> <p>24 HORAS</p> <p>POR DIA DURANTE 07(SETE) DIAS NA SEMANA</p> <p>PLANTÕES DIURNO</p> <p>E NOTURNO</p> <p>O MÉDICO PLANTONISTA DEVERÁ ATENDER:</p> <p>1. CIRURGIAS ELETIVAS;</p> <p>2. CIRURGIAS URGENTES;</p> <p>3. RECUPERAÇÃO PÓS ANESTÉSICA ;</p> <p>4. SEDAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DE IMAGEM;</p> | <p>07 Médicos</p> <p>ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL</p> <p>DIURNO 12 HORAS</p> <p>HORÁRIO: 07:00hs às 19:00hs</p> <p>Segunda a Sábado</p> <p>02 MÉDICOS</p> <p>ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL</p> <p>NOTURNO 12 HORAS</p> <p>HORÁRIO: 19:00hs às 07:00hs</p> <p>Segunda a Domingo.</p> <p>OBSERVAÇÃO: AOS DOMINGOS a EMPRESA DEVERÁ DISPONIBILIZAR 04 MÉDICOS PRESENCIAIS</p> <p>PLANTÕES DIURNOS</p> <p>DAS 07:00hs às 19:00hs</p> | 3129 | <p>05 Médicos</p> <p>ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL</p> <p>DIURNO 12 HORAS</p> <p>HORÁRIO: 07:00hs às 19:00hs</p> <p>Segunda a Sábado</p> <p>01 MÉDICO</p> <p>ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL</p> <p>NOTURNO 12 HORAS</p> <p>HORÁRIO: 19:00hs às 07:00hs</p> <p>Segunda a Domingo.</p> <p>OBSERVAÇÃO: AOS DOMINGOS a EMPRESA DEVERÁ DISPONIBILIZAR 02 MÉDICOS PRESENCIAIS</p> <p>PLANTÕES DIURNOS</p> <p>DAS 07:00hs às 19:00hs</p> | 2040 | R\$ ---- | R\$ -- --- | R\$ --- --- |
| Item | Descrição | Unid. De Medida HMC E HMSB | Quant. De Prof. HMC | Est. De Plantação Anual | Quant. De Prof. HMSB | Est. De Plantação Anual | Valor Estimado Unitário | Valor Estimado Mensal | Valor Estimado Anual |



| | | | | HMC | | HMS B | | | |
|----|--|---|--|-----|---|-------|-----------|-----------|-----------|
| 02 | <p>Diploma de Conclusão do Curso de Medicina.</p> <p>Comprovação do registro no Conselho Regional de Medicina-CRM.</p> <p>RQE – Residência Médica em ANESTESIOLOGIA reconhecida pelo CNRM;</p> <p>ou Título de especialista em ANESTESIOLOGIA reconhecido pela AMB e registrada pelo CRM</p> | <p>MÉDICO ANESTESIOLOGISTA</p> <p>SOBREAVISÃO SEM AÇÃO E COM AÇÃO</p> <p>As chamadas serão de acordo com a necessidade e da Unidade</p> | <p>02</p> <p>MÉDICOS SOBREAVISÃO PLANTÕES NOTURNO HORÁRIO</p> <p>19:00hs às 07:00hs</p> <p>Todos os dias da SEMANA</p> | 732 | <p>01</p> <p>MÉDICO SOBREAVISÃO PLANTÕES NOTURNO HORÁRIO</p> <p>19:00hs às 07:00hs</p> <p>Todos os dias da SEMANA</p> | 365 | R\$ ----- | R\$ ----- | R\$ ----- |

O processo terá o valor estimado anual de R\$-----(-) conforme Mapa de Apuração N° xxxxx/202xxx acostado ao processo.

4.4 Da especificação do objeto:

4.3.1 Médico Anestesiologista **PRESENCIAL DIURNO** – Para atender demanda de segunda àsábado todas as demanda do Hospital, ou seja, CENTRO CIRURGICO, UTI's ADULTO E PEDIÁTRICA, ENFERMARIAS ADULTA E PEDIÁTRICA, CTQ, URGÊNCIA e EMERGÊNCIA, SETOR DE IMAGEM.

4.3.2 Médico Anestesiologista **PRESENCIAL NOTURNO** – Para atender demanda de Segunda á Sábado todas as demandas do Hospital, ou seja, CENTRO CIRURGICO, UTI's ADULTO E PEDIÁTRICA, ENFERMARIAS ADULTA E PEDIÁTRICA, CTQ, URGÊNCIA e EMERGÊNCIA, SETOR DE IMAGEM.

4.3.3 Médico Anestesiologista **PRESENCIAL – aos DOMINGOS – 12 HORAS** -Caso a Unidade apresente demanda extraordinária, ou seja, para atender Mutirões ; Casos Fortuitos e, etc. A



CONTRATANTE será COMUNICADA previamente, para que apresente o quantitativo de Médicos Anestesiologistas necessários para atender demanda.

4.3.4 O Médico Anestesiologista em **SOBREAVISO NOTURNO**, que **NÃO** será acionado, mas **DEVERÁ** ficar disponível, **MEDIANTE ACIONAMENTO TELEFÔNICO** da Unidade DEVENDO ATENDER PRONTAMENTE ao chamado DA CONTRATANTE em no MÁXIMO 30(trinta minutos).

4.3.5 O Médico Anestesiologista em **SOBREAVISO NOTURNO** quando acionado deixará de pertencer à figura do anterior, ou seja, **SEM ACIONAMENTO** passando a figurar como Médico **SOBREAVISO COM ACIONAMENTO** o que importará na **REMUNERAÇÃO** deste item;

4.3.6 Caso o **MÉDICO** seja acionado PODERÁ se ausentar do serviço, assim que o procedimento que motivou o acionamento for encerrado, ficando a CONTRATADA obrigada a apresentar documentos que comprovem o atendimento realizado na modalidade ACIONAMENTO.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL, HORÁRIO, EXIGÊNCIAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 DO LOCAL:

5.1.1 A Futura Contratada deverá iniciar as atividades pertinentes ao objeto deste processo no máximo 30 (trinta) dias corridos, após assinatura de Contrato, Ordem de Serviço e/ou Empenho nos seguintes endereços:

HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ LEONY PALMA DE CARVALHO – HMC

Endereço: Rua Oriovaldo M. de Souza – S/Nº - Bairro Ribeirão do Lipa
Cuiabá-MT / CEP: 78.048-178.

HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB

Avenida São Sebastião, nº 3.300, Bairro Quilombo Cuiabá-MT / CEP: 78.015-808

5.1.2 O prazo supracitado poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e com anuência da ECSP.

5.2 DA COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA)

5.2.1 As empresas licitantes deverão comprovar a qualificação técnica, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone da entidade atestadora e a descrição dos serviços, comprovando que a empresa presta ou prestou os serviços de acordo com o objeto deste certame, ATESTANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM ANESTESIOLOGIA. O atestado deverá ser apresentado em papel timbrado, original ou cópia autenticada assinados por autoridades ou representantes, no caso atestados emitidos por clínicas e instituições hospitalares particulares o atestado apresentado poderá ser diligenciado junto ao CRM para comprovação do cadastro da empresa prestadora no período da prestação do serviço.

b) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina competente.

c) Responsável Técnico da empresa registrado no Conselho competente (CRM), com a devida comprovação.

d) Comprovação de vínculo do Responsável técnico com a empresa. O vínculo do profissional poderá ser comprovado por intermédio do contrato social (se sócio), ou da carteira de trabalho, ou do contrato de prestação de serviço, ou ficha de registro de empregado, ou outro documento correspondente.

5.3 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PROFISSIONAIS

5.3.1 Relação dos profissionais que irão compor a escala médica.

5.3.2 Apresentar carta de anuência devidamente assinada pelo profissional que irá compor a escala.

5.3.3 Certificado de conclusão de residência médica em Anestesiologia reconhecido pela CNRM, ou título de especialista em Anestesiologia reconhecido pela AMB e registrado no CRM, com cópia autenticada.

5.3.4 Todos os profissionais apresentados pela contratante, por lote, deverão cumprir os pré requisitos técnicos solicitados. O profissional que não atender ao exigido será excluído da Análise Técnica.



5.3.5 Os profissionais que prestarem os serviços contratados deverão possuir carga horária compatível com as exigências de registro junto ao CNES, visando possibilitar o faturamento dos serviços prestados através do Sistema Único de Saúde.

5.3.6 A contratada poderá realizar, durante a vigência contratual, até 03(três) trocas dos profissionais que executarão o serviço. Devendo ser apresentado previamente ao fiscal do contrato as documentações, conforme item 5.3.3, para análise da habilitação Técnica. Caso aprovado será feita a inclusão no parecer técnico do corpo clínico da empresa.

5.3.7 Da apresentação dos profissionais para habilitação técnica, caso o médico habilitado não esteja inscrito no CRM local o mesmo terá o prazo de 90 dias para inscrição no CRM-MA, conforme a resolução do CFM Nº1.948 de 10 de junho de 2010.

5.3.8 Caso a empresa não possua o CRM-MT, deverá seguir a RESOLUÇÃO CFM Nº 1.980/2011, onde informa no Art. 3º as empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado devem registrar-se nos conselhos regionais de medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos das Leis nº 6.839/80 e nº 9.656/98, onde o prazo imposto é de 30 dias para regularização.

5.3.9 Todos os profissionais apresentados pela licitante deverão cumprir os pré-requisitos técnicos. Havendo o descumprimento, o profissional que não atendeu ao exigido será excluído da Análise técnica.

5.4 DA GARANTIA CONTRATUAL

5.4.1 Para firmar o Contrato, a Empresa Contratada prestará garantia de adimplemento contratual de 3% (Três por cento) do valor total do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato;

5.4.2 A garantia de que trata o subitem anterior poderá consistir em:

- d) Caução em dinheiro ou cheque administrativo ou títulos da dívida pública;
- e) Seguro-garantia, com prazo compatível com o da vigência do Contrato ou;
- f) Fiança bancária, com prazo compatível com o da vigência do Contrato;

5.4.3 Após término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia de que trata este item 5.4 será liberada e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento do interessado, por intermédio do serviço de Protocolo, dirigido ao Diretor Geral da ECSP, que deverá se manifestar quanto à execução contratual;

5.4.3.1 A liberação se dará mediante autorização do Diretor Geral da ECSP, após parecer jurídico.

5.5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto deste termo de contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Executar os serviços em conformidade com o contrato resultante deste Termo de Solicitação, obedecendo rigorosamente o disposto no respectivo edital e seus anexos, CNPJ: 21.873.611/0001-14 - independentemente de transcrição ou anexação, ambas unidades geridas pela Empresa Cuiabana de Saúde Pública - ECSP.

• HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ LEONY PALMA DE CARVALHO – HMC

Endereço: Rua Orivaldo M. de Souza – S/Nº - Bairro Ribeirão do Lipa, Cuiabá-MT / CEP – 78.048-178

• HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB

Avenida São Sebastião, nº 3.300, Bairro Quilombo - Cuiabá-MT / CEP –78.015-808.

6.2 Notificar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração na sua razão social ou de seu contrato acionário e de mudança em sua Diretoria, contrato ou estatuto, apresentando no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e/ou do Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

6.4 Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes, fornecendo as informações ao arquivo médico.



- 6.4** Responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do contrato, dentro dos prazos e condições estipulados.
- 6.5** Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços de modo a evitar qualquer prejuízo à execução do objeto deste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.
- 6.6** Recrutar e/ou contratar, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, o corpo técnico em quantidade compatível com a perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato e respectivos anexos, cabendo-lhe efetuar todas as exigências legais ou regulamentares, fiscais e comerciais.
- 6.7** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições e qualificações exigidas pela CONTRATANTE para a celebração do contrato.
- 6.8** A contratada deverá apresentar previamente à EMSERH, antes do início dos serviços, a escala médica dos profissionais que irão executar os serviços na Unidade de Saúde. A escala médica deverá ser composta, obrigatoriamente, pelos profissionais habilitados na análise técnica do certame.
- 6.9** Caso a escala médica apresentada esteja com os profissionais não habilitados previamente na análise técnica do certame, a contratada será notificada a fim de regularizar imediatamente a escala, sob pena de sanção prevista neste instrumento.
- 6.10** A CONTRATADA deverá seguir o Código de Ética da CONTRATANTE, bem como as normas administrativas internas.
- 6.11** Para execução dos serviços, a Empresa contratada deverá disponibilizar recursos humanos próprios em número suficiente para cumprimento das metas exigidas, garantindo todas as necessidades técnicas pertinentes e das condições estabelecidas pela contratante.
- 6.12** Manter regulamente os serviços solicitados e o número mínimo de profissionais, devendo responsabilizar por eventuais danos decorrentes de falta de pessoal.
- 6.13** Caso ocorra a falta do profissional médico no plantão, o mesmo deverá ser substituído por outro profissional da escala médica apresentada de forma imediata, não ultrapassando 2h do início do plantão em questão.
- 6.14** Obedecer às diretrizes e princípios do SUS que lhes compete, estabelecidos pelo artigo 198 da Constituição Federal e fortalecidos pela Política Nacional de Humanização.
- 6.15** Os profissionais deverão executar atividades exigidas, por especialidade, conforme descrito em cada item.
- 6.16** Efetuar a troca de plantão entre turnos (dia/noite), com o repasse dos pacientes que se encontrarem internados, e os que apresentarem orientação de retorno, com exames ou revisões.
- 6.18** Registrar a evolução do paciente diariamente no prontuário digital ou eletrônico.
- 6.18** Na ocorrência, em caráter excepcional, de atraso do plantonista seguinte, o plantonista atual deverá aguardar até a sua chegada.
- 6.19** É expressamente proibido o abandono do plantão e/ou negligência assistencial às intercorrências durante o seu plantão.
- 6.20** Realizar a identificação dos profissionais que prestarem os serviços. A CONTRATADA deverá manter seu pessoal uniformizado, identificando-o por meio de crachás, com fotografia recente, para que eles transitem nas dependências do Hospital e realizem as atividades propostas de maneira segura ao profissional e ao paciente.
- 6.21** Promover o controle de frequência de seus profissionais nos locais de execução dos serviços contratados, ficando a seu critério o formato de controle, para fins de comprovação de presença a ser fornecida à CONTRATANTE.



7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.16** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e o termo de sua proposta;
- 7.17** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 7.18** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 7.19** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.20** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.21** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber;
- 7.22** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 7.22.1** Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 7.22.2** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 7.23** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 7.24** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 7.25** Cientificar o órgão de representação judicial da ECSP para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 7.26** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 7.27** Permitir o acesso dos representantes ou profissionais da fornecedora ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados, proporcionando todas as facilidades para que a empresa fornecedora possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços contratados
- 7.28** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- 7.29** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Fornecedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Fornecedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1** Serão designados por meio de portaria, os responsáveis abaixo para efetuarem o acompanhamento e eventual fiscalização:

| | |
|-----------------------------------|--|
| FISCAL DO CONTRATO HMC | Nome: ALEXANDRA ALMEIDA DE JESUS LIMA CPF: 344.419.561-34 RG: 1727741-8SSP-MT Matricula: 4898371 Cargo/Lotação: Enfermeira Assistencial / Centro Cirúrgico/COREN/MT nº 000.510.625 Fone: (65) – 9-8104-0144 |
|-----------------------------------|--|



| | |
|------------------------------------|--|
| | Email: centrocirurgicohmccba@gmail.com |
| SUPLENTE FISCAL HMC | Nome: Mariana Kamiya Perez CPF: 064.312.929-44 RG: 3386120-0 Matrícula: 4916518 Cargo/Lotação: Enfermeira Supervisora Hemodinâmica – COREN nº 214979/MT Email: hmchemodinamica@gmail.com Telefone: 015 – (65) – 9.9283-4468 |
| FISCAL DO CONTRATO HMSB | Nome: Paulinete Auxiliadora Neves dos Santos CPF: 695.492.301-04 RG: 1118708-5 SSP-MT Matrícula: 4903743 Cargo/Lotação: Enfermeira Assistencial Gerente do Centro Cirúrgico/CME - COREN/MT nº 488888 Fone: (65) (65) 9.9270-7493 Email: centrocirurgicohmccba@gmail.com |
| SUPLENTE FISCAL HMSB | Nome: THAÍS DA ROCHA MENDES BASTOS CPF: 037.56.081-02 RG: 3051344-8 Matrícula: 4885197 Cargo/Lotação: Recepcionista comercial Fone: (65) 9-9928-4051 Email: thaisrbastos88@gmail.com |

8.2 Caberá ao Fiscal, conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela empresa CONTRATADA, encaminhando-a diretamente à Gerência de Planejamento e Finanças da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, a fim de providenciar a Nota de Liquidação.

8.3O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da entrega e recebimento do objeto do contrato.

8.4A verificação da adequação dos produtos entregues deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo.

8.5A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade do material, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 81, § 1º da Lei nº 13.303/2016;

8.6 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

8.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303/2016.

8.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas



atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.9 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos produtos para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.10 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto.

8.11 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da aquisição realizada.

8.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação de serviços.

8.13 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, AINDA que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o artigo 76 da Lei nº 13.303/2016.

9. CLÁUSULA NONA - DA NOTA FISCAL/FATURA E DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM

9.1 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em duas vias somente após o recebimento da Nota de Empenho e deverá conter as seguintes discriminações:

- j) Razão Social;
- k) Número da Nota Fiscal/Fatura;
- l) Data da Emissão;
- m) Nome da Unidade Hospitalar;
- n) Descrição do Serviço;
- o) Plantões realizados, escalas e documentos pertinentes;
- p) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);
- q) Número do Contrato;
- r) Número do Empenho.

9.2 A Nota Fiscal deverá ser protocolada pela **CONTRATADA** no **PROTOCOLO CENTRAL ADMINISTRATIVO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEDE DA EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, com as devidas certidões fiscais vigentes com direcionamento ao setor de Licitações e Contratos – LICON;

9.3 A data de apresentação da Nota Fiscal será registrada nos autos do processo no sistema informatizado de controle de processo;

9.4 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida a contratada para as necessárias correções informado o motivo que motivaram a sua rejeição.

9.5 Somente após o recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento à partir da data de sua reapresentação.

9.6 Deverá obrigatoriamente fazer acompanhar da Nota Fiscal, todas as certidões de regularidade fiscais, devidamente válidas:

- g) Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- h) Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da Contratada, **observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participações de licitações públicas;**
- i) Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante;
- j) Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS);
- k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);



l) Lista de Inidôneas do TCU;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado em até no máximo 30 (trinta) dia após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, conforme estabelecer o artigo 43 da IN 02/2023/ECSP;

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à prestação de serviços, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

10.7 Constatando-se, a situação de irregularidade da Fornecedora, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Fornecedora, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao órgão fiscal.

10.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

11.1 É admitido o reajustamento dos preços dos contratos, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses;



11.2 Para o reajustamento dos preços unitários contratados deverá ser observada a legislação vigente, sendo observada atualização monetária entre a data dos adimplementos das obrigações e a do efetivo pagamento;

11.3 Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa, será aplicado o IPCA;

11.4 O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação dos últimos 12 (doze) meses, tendo por marco inicial a data limite para apresentação da proposta;

11.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste;

11.6 O reajuste de preços dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a ECSP, das condições e dos preços contratados;

11.7 Os reajustes serão formalizados por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento;

11.8 O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

12.1 As despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Órgão: 16 – Secretaria Municipal de Saúde

Gestão/Unidade: 501 – Empresa Cuiabana de Saúde Pública

Fonte: 659 – Recursos provenientes da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá

Programa de Trabalho: 2432 - Ações de Serviços Médico-Hospitalares e Ambulatoriais do HMC

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Cometem infrações administrativas no termos da Lei nº 13.303 de 2016, o licitante/adjudicatário que:

“Art. 82. Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a empresa pública ou a sociedade de economia mista rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente”.

“Art. 83. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.



§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 84. As sanções previstas no inciso III do art. 83 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados".

13.2 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.3 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.4 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.5 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.6 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 12.846/2013;

13.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS VEDAÇÕES

14.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS E DA PUBLICAÇÃO

15.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico <http://www.tce.mt.gov.br/> em até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias, daquela data.



15.2 Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e as demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 13.303/2016, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A Contratante e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o período de vigência do contrato e de execução do objeto contratual.

16.2 O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 13.303/2016, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

16.3 A Contratada assume todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Empresa Cuiabana de Saúde Pública não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado.

16.4 A Contratada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na rescisão do contrato e do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.5 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Contratante.

16.6 Não será admitida a subcontratação do objeto deste termo de contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As Controvérsias decorrente deste contrato serão dirimidas no foro da Justiça Estadual de Mato Grosso, Comarca de Cuiabá, com renúncia de qualquer outro.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas:

Cuiabá – MT, xx de XXXXXXXX de 2024.

Representante legal da CONTRATANTE
Representante legal da CONTRATADA

ANEXO I – DO CONTRATO

| RISCO 01 | | | |
|---|---|---|---|
| LICITAÇÃO DESERTA OU FRACASSADA | | | |
| PROBABILIDADE | <input type="checkbox"/> BAIXA | <input checked="" type="checkbox"/> MÉDIA | <input type="checkbox"/> ALTA |
| IMPACTO | <input type="checkbox"/> BAIXA | <input type="checkbox"/> MÉDIA | <input checked="" type="checkbox"/> ALTA |
| ORIGEM | <input checked="" type="checkbox"/> INTERNA | <input type="checkbox"/> EXTERNA | |
| DIMENSÃO | <input type="checkbox"/> ESTRATÉGICA | <input checked="" type="checkbox"/> OPERACIONAL | |
| REPERCUSSÃO | <input type="checkbox"/> ESCOPO | <input type="checkbox"/> CUSTOS | <input checked="" type="checkbox"/> TEMPO |
| FASE IMPACTADA | <input type="checkbox"/> FASE PREPARATÓRIA | <input checked="" type="checkbox"/> SELEÇÃO DO FORNECEDOR | <input type="checkbox"/> GESTÃO DO CONTRATO |
| DANO | | | |
| A INDISPONIBILIDADE DO SERVIÇO PODERÁ COMPROMETER A ASSISTÊNCIA AOS PACIENTES | | | |
| AÇÃO PREVENTIVA | | RESPONSÁVEL | |



| | |
|--|--------------------------|
| ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA CONTENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DE FORMA PRECISA, SUFICIENTE E CLARA, VEDADAS AS ESPECIFICAÇÕES QUE, POR EXCESSIVAS, IRRELEVANTES OU DESNECESSÁRIAS LIMITEM A COMPETIÇÃO DE FORNECEDORES DIVULGAR AMPLAMENTE A LICITAÇÃO | COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO |
| AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
| AMPLIAR A DIVULGAÇÃO DO EDITAL/ IMPACTO DA INDISPONIBILIDADE DO SERVIÇO | PREGOEIRO |

| RISCO 02 | | | |
|--|---|---|--|
| PESQUISA NÃO VANTAJOSA NO CURSO DA VIGÊNCIA DA ARP/ CONTRATO | | | |
| PROBABILIDADE | <input type="checkbox"/> BAIXA | <input checked="" type="checkbox"/> MÉDIA | <input type="checkbox"/> ALTA |
| IMPACTO | <input type="checkbox"/> BAIXA | <input type="checkbox"/> MÉDIA | <input checked="" type="checkbox"/> ALTA |
| ORIGEM | <input checked="" type="checkbox"/> INTERNA | <input type="checkbox"/> EXTERNA | |
| DIMENSÃO | <input type="checkbox"/> ESTRATÉGICA | <input checked="" type="checkbox"/> OPERACIONAL | |
| REPERCUSSÃO | <input type="checkbox"/> ESCOPO | <input checked="" type="checkbox"/> CUSTOS | <input type="checkbox"/> TEMPO |
| FASE IMPACTADA | <input type="checkbox"/> FASE PREPARATÓRIA | <input type="checkbox"/> SELEÇÃO DO FORNECEDOR | <input checked="" type="checkbox"/> GESTÃO DO CONTRATO |
| DANO | | | |
| PREJUÍZO AO ERÁRIO | | | |
| AÇÃO PREVENTIVA | | | RESPONSÁVEL |
| REALIZAR PESQUISA DE PREÇOS COM ANTECEDÊNCIA PARA ANÁLISE DAVANTAJOSIDADE | | | SETOR DE COTAÇÃO |
| AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | | | RESPONSÁVEL |
| NEGOCIAR JUNTO À CONTRATADA, PREÇOS MAIS VANTAJOSOS. NÃO SENDO POSSÍVEL, ABERTURA DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO | | | CONTRATOS |

| RISCO 03 | | | |
|---|--|---|--|
| EXECUÇÃO EM DESACORDO COM A ARP / CONTRATO | | | |
| PROBABILIDADE | <input type="checkbox"/> BAIXA | <input checked="" type="checkbox"/> MÉDIA | <input type="checkbox"/> ALTA |
| IMPACTO | <input type="checkbox"/> BAIXA | <input type="checkbox"/> MÉDIA | <input checked="" type="checkbox"/> ALTA |
| ORIGEM | <input type="checkbox"/> INTERNA | <input checked="" type="checkbox"/> EXTERNA | |
| DIMENSÃO | <input type="checkbox"/> ESTRATÉGICA | <input checked="" type="checkbox"/> OPERACIONAL | |
| REPERCUSSÃO | <input checked="" type="checkbox"/> ESCOPO | <input type="checkbox"/> CUSTOS | <input type="checkbox"/> TEMPO |
| FASE IMPACTADA | <input type="checkbox"/> FASE PREPARATÓRIA | <input type="checkbox"/> SELEÇÃO DO FORNECEDOR | <input checked="" type="checkbox"/> GESTÃO DO CONTRATO |
| DANO | | | |
| COMPROMETIMENTO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS | | | |
| AÇÃO PREVENTIVA | | | RESPONSÁVEL |



| | |
|--|------------------------|
| NOTIFICAR E SOLICITAR A RESOLUÇÃO IMEDIATA | COMISSÃO FISCALIZADORA |
| AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | RESPONSÁVEL |
| APLICAR SANÇÕES PREVISTAS NA ARP/ CONTRATO | CONTRATOS |

| RISCO 04 | | | |
|---|--|---|--|
| DESINTERESSE DA CONTRATADA NA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO | | | |
| PROBABILIDADE | <input checked="" type="checkbox"/> BAIXA | <input type="checkbox"/> MÉDIA | <input type="checkbox"/> ALTA |
| IMPACTO | <input type="checkbox"/> BAIXA | <input type="checkbox"/> MÉDIA | <input checked="" type="checkbox"/> ALTA |
| ORIGEM | <input type="checkbox"/> INTERNA | <input checked="" type="checkbox"/> EXTERNA | |
| DIMENSÃO | <input type="checkbox"/> ESTRATÉGICA | <input checked="" type="checkbox"/> OPERACIONAL | |
| REPERCUSSÃO | <input checked="" type="checkbox"/> ESCOPO | <input type="checkbox"/> CUSTOS | <input type="checkbox"/> TEMPO |
| FASE IMPACTADA | <input type="checkbox"/> FASE PREPARATÓRIA | <input type="checkbox"/> SELEÇÃO DO FORNECEDOR | <input checked="" type="checkbox"/> GESTÃO DO CONTRATO |
| DANO | | | |
| A INDISPONIBILIDADE DO SERVIÇO PODERÁ OCASIONAR DESCONTINUIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS | | | |
| AÇÃO PREVENTIVA | | RESPONSÁVEL | |
| INICIAR PROCEDIMENTOS PARA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 180 DIAS | | CONTRATOS | |
| AÇÃO DE CONTINGÊNCIA | | RESPONSÁVEL | |
| INICIAR PROCEDIMENTOS PARA NOVA CONTRATAÇÃO NO CASO DE NEGATIVA DA CONTRATADA PARA PRORROGAÇÃO | | SETOR DEMANDANTE | |

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00.XXX.XXX/2023-1

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, a **EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, por intermédio da sua Diretoria Executiva, com sede na Rua Orivaldo M. de Souza, s/n - Ribeirão do Lipa, na cidade de Cuiabá. /Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o 21.873.611/0001-14, por intermédio da sua Diretoria Executiva, representada pelos seus diretores: GIOVANI VALAR KOCH, nomeado pelo ato n. 42, de 05 de janeiro de 2024, publicado na Gazeta Municipal de 05 de janeiro de 2024, exercendo o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro e, o JUARES SILVEIRA SAMANIEGO, nomeado pelo ato n. 38, de 05 de janeiro de 2024, publicada na Gazeta Municipal em 05 de janeiro de 2024, exercendo o cargo de Diretor Geral da Empresa Cuiabana e Saúde Pública - ECSP, CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 11.462/2023, na IN 02/ECSP/2023 e demais normas legais correlatas,



RESOLVE: **REGISTRAR OSPREÇOS** para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de médicos na área de Anestesiologia para atenderas demandas do Hospital Municipal Drº Leony Palma de Carvalho – HMC e Hospital Municipal São Benedito geridos pela Empresa Cuiabana de Saúde Pública, conforme descrito na referida Ata de Registro de Preços e seus anexos, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela (Nome da empresa), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº _____, sediada na _____, neste ato representada pelo seu _____, (nacionalidade), (estado civil), Portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, CPF nº _____, residente e domiciliado em _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em serviços médicos na área de **ANESTESIOLOGIA** para atender os Hospitais: Hospital Municipal de Cuiabá Drº Leony Palma de Carvalho - HMC e Hospital Municipal São Benedito – HMSB ambos geridos pela Empresa Cuiabana de Saúde Pública – ECSP, conforme quantitativo e especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Itens registrados:

a) valor Item R\$ _____ (_____)

b) Valor total R\$ _____ (_____)

c) Especificação e quantitativos:

| LOTE ÚNICO | | | | | | | | | |
|------------------------------------|---|--|---|----------------------------|--|-----------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------------|
| SERVIÇOS MÉDICOS EM ANESTESIOLOGIA | | | | | | | | | |
| Item | Descrição | Unid. De Medida HMC E HMSB | Quant. De Prof. HMC | Est. De Planta o Anual HMC | Quant. De Prof. HMSB | Est. De Planta o Anual HMSB | Valor Estimado Unitário | Valor Estimado Mensal | Valor Estimado Anual |
| 01 | Diploma de Conclusão do Curso de Medicina. Comprovação do registro no Conselho Regional de Medicina- CRM. RQE – | MÉDICO Anestesiata Presencial 24 HORAS POR DIA DURANTE 07(SETE) DIAS NA SEMANA PLANTÕES DIURNO E | 07 Médicos ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL DIURNO 12 HORAS HORÁRIO: 07:00hs às 19:00hs Segunda a Sábado 02 MÉDICOS ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL | 31 29 | 05 Médicos ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL DIURNO 12 HORAS HORÁRIO: 07:00hs às 19:00hs Segunda a Sábado 01 MÉDICO ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL | 20 40 | R\$ ---- | R\$ ----- | R\$ ----- - |



| | | | | | | | | | | |
|-------------|--|---|--|------------------------------------|--|-------------------------------------|--------------------------------|------------------------------|--------------------------------|--|
| | Residência Médica em ANESTESIOLOGIA reconhecida pelo CNRM; ou Título de especialista em ANESTESIOLOGIA reconhecido pela AMB e registrada pelo CRM | NOTURNO O MÉDICO PLANTONISTA DEVERÁ ATENDER: 1. CIRURGIAS ELETIVAS; 2. CIRURGIAS URGENTES; 3. RECUPERAÇÃO PÓS ANESTÉSICA; 4. SEDAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DE IMAGEM; | ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL NOTURNO 12 HORAS HORÁRIO: 19:00hs às 07:00hs Segunda a Domingo. OBSERVAÇÃO: AOS DOMINGOS a EMPRESA DEVERÁ DISPONIBILIZAR 02 MÉDICOS PRESENCIAIS PLANTÕES DIURNOS DAS 07:00hs às 19:00hs | | ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL NOTURNO 12 HORAS HORÁRIO: 19:00hs às 07:00hs Segunda a Domingo. OBSERVAÇÃO: AOS DOMINGOS a EMPRESA DEVERÁ DISPONIBILIZAR 02 MÉDICOS PRESENCIAIS PLANTÕES DIURNOS DAS 07:00hs às 19:00hs | | | | | |
| Item | Descrição | Unid. De Medida HMC E HMSB | Quant. De Prof. HMC | Est. De Plantação Anual HMC | Quant. De Prof. HMSB | Est. De Plantação Anual HMSB | Valor Estimado Unitário | Valor Estimado Mensal | Valor Estimado Anual | |
| 02 | Diploma de Conclusão do Curso de Medicina. Comprovação do registro no Conselho Regional de Medicina-CRM. | MÉDICO ANESTESIOLOGISTA SOBREAVISO SEM AÇÃOAMENTO E COM AÇÃOAMENTO | 02 MÉDICOS SOBREAVISO PLANTÕES NOTURNO HORÁRIO 19:00hs às 07:00hs | 732 | 01 MÉDICO SOBREAVISO PLANTÕES NOTURNO HORÁRIO 19:00hs às 07:00hs | 365 | R\$ ----- R\$ ----- | R\$ ----- -- ----- | R\$ ----- ----- ----- | |



| | | As chamadas serão de acordo com a necessidade e da Unidade | Todos os dias da SEMANA | | Todos os dias da SEMANA | | | | |
|--|--|---|--------------------------------|--|--------------------------------|--|--|--|--|
| | RQE – Residência Médica em ANESTESIOLOGIA reconhecida pelo CNRM; ou Título de especialista em ANESTESIOLOGIA reconhecido pela AMB e registrada pelo CRM | | | | | | | | |

1.3 O presente instrumento não obriga a ECSP a firmar a contratação dos serviços nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao fornecedor registrado a preferência, em igualdade de condições.

1.4 Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, a Proposta da LICITANTE, o Edital do Pregão Eletrônico nº **XX/2024**, e demais elementos constantes no Processo nº _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.2 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP deverão ser assinados no prazo de validade desta Ata e terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos contratuais, obedecido ao disposto na Lei nº 13.303, 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá à Empresa Cuiabana de Saúde Pública - ECSP, tanto no seu aspecto operacional quanto nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Os licitantes vencedores serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (Três) dias, contados a partir da data de homologação do certame, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados.

4.2 O prazo estabelecido no inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela ECSP.

4.3 É facultado à ECSP, quando o licitante vencedor convocado não assinar a Ata no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.



4.4 A recusa injustificada do licitante vencedor ou dos classificados no cadastro reserva em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no inciso 4.1 desta, ensejará a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório e na legislação de regência.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL, HORÁRIO, EXIGÊNCIAS E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Conforme item 05 do Termo de Referência (Anexo I) e Cláusula 05 da Minuta do Contrato (Anexo II) deste Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 26 e 27 do Decreto nº 11.462/2023, cabendo à ECSP promover as negociações junto ao(s) fornecedor(s).

6.2 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o LOTE, respeitadas à legislação, observando-se o seguinte:

6.3 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(s) ficarão disponíveis aos interessados na ECSP, bem como serão publicados na forma da Lei;

6.4 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a ECSP convocará o(s) fornecedor (es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.5 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.6 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.7 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a ECSP poderá:

6.7.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.7.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.8 Não havendo êxito nas negociações, a ECSP deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.9 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.9.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.9.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela ECSP, sem justificativa aceitável;

6.9.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.9.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de licitar e/ou celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.9.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.9.1, 6.9.2 e 6.9.4 será formalizado por despacho da ECSP, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.10 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.10.1 Por razão de interesse público; ou

6.10.2 A pedido do fornecedor.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 Esta Ata poderá ser aderida, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade, no âmbito estadual ou municipal, responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016, desde que devidamente justificada a vantagem e mediante concordância por parte da ECSP.

7.2 A manifestação da ECSP fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública da utilização da ata de registro de preços.

7.3 Os órgãos ou entidades não participantes, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar a ECSP para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

7.4 As autorizações de adesões desta Ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

7.5 Os quantitativos decorrentes das adesões desta Ata não excederão, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.6 Caberá ao licitante, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e/ou futuras decorrentes desta Ata, assumidas tanto com a ECSP quanto com os órgãos participantes, quando existirem.

7.7 Após a autorização da ECSP, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada, em até 90 (noventa) dias, observado o prazo da vigência da ata.

7.8 É de competência do órgão ou entidade que aderiu à ata, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo licitante das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências à ECSP.

7.9 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

7.9.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

7.9.2 A estimativa de quantidades a serem utilizadas no prazo de validade do registro;

7.9.3 O preço unitário e total do estimado a ser utilizado;

7.9.4 A quantidade total a ser aderida, do lote;

7.9.5 O prazo de validade de registro de preço;

7.9.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do prestador.

7.9.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Conforme item 06 do Termo de Referência (Anexo I) e Cláusula 07 do Contrato (Anexo II) deste Edital.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA ECSP



9.1 Conforme item 07 do Termo de Referência (Anexo I) e Cláusula 06 da Minuta do Contrato (Anexo II) deste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 Conforme item 08 do Termo de Referência (Anexo I) e Cláusula 08 da Minuta do Contrato deste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 Conforme item 18 do Termo de Referência (Anexo I) e Cláusula 12 da Minuta do Contrato (Anexo II) deste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

12.1 Conforme item 10 do Termo de Referência (Anexo I) e Cláusula 10 da Minuta do Contrato (Anexo II) deste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Cometem infrações administrativas no termos da Lei nº 13.303 de 2016, o licitante/adjudicatário que:

“Art. 82. Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a empresa pública ou a sociedade de economia mista rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente”.

“Art. 83. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 84. As sanções previstas no inciso III do art. 83 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados".

13.2 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.3 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.4 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.5 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.6 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 12.846/2013;

13.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

14.2 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da ECSP.

14.3 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico <http://www.tce.mt.gov.br> e/ou veículo de comunicação oficial.

14.4 O Edital e seus anexos, a proposta da empresa classificada em primeiro lugar e demais elementos do processo, todos pertencentes ao certame que deu origem a esta ata, são partes integrantes desta.

14.5 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados por esta ata de registro de preços.

14.6 Os contratos decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observados os prazos e limites para supressões e acréscimos dispostos na Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO



15.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cuiabá - MT, ___ de _____ de 2024.

(ASSINATURAS)

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA

Processo Administrativo n. _____

Pregão Eletrônico n. _____

Objeto: _____

Data da Sessão: _____

A empresa: _____, devidamente inscrita no CNPJ n. _____, com sede na _____, por meio do seu representante legal, infra-assinado, apresenta a seguinte proposta comercial, conforme especificações abaixo:

| LOTE ÚNICO | | | | | | | | | |
|------------------------------------|---|--|---|-----------------------------|--|------------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------------|
| SERVIÇOS MÉDICOS EM ANESTESIOLOGIA | | | | | | | | | |
| Item | Descrição | Unid. De Medida HMC E HMSB | Quant. De Prof. HMC | Est. De Plantação Anual HMC | Quant. De Prof. HMSB | Est. De Plantação Anual HMSB | Valor Estimado Unitário | Valor Estimado Mensal | Valor Estimado Anual |
| 01 | Diploma de Conclusão do Curso de Medicina. Comprovação do registro no Conselho Regional de Medicina-CRM. RQE – Residência Médica em ANESTESIOLOGIA reconhecida pelo CNRM; | MÉDICO Anestesiologista Presencial 24 HORAS POR DIA DURANTE 07(SETE) DIAS NA SEMANA PLANTÕES DIURNO E NOTURNO O MÉDICO PLANTONISTA | 07 Médicos ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL DIURNO 12 HORAS HORÁRIO: 07:00hs às 19:00hs Segunda a Sábado 02 MÉDICOS ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL NOTURNO | 3129 | 05 Médicos ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL DIURNO 12 HORAS HORÁRIO: 07:00hs às 19:00hs Segunda a Sábado 01 MÉDICO ANESTESIOLOGISTA PRESENCIAL NOTURNO | 2040 | R\$ --- | R\$ --- | R\$ --- |



| Item | Descrição | Unid. De Medida HMC E HMSB | Quant. De Prof. HMC | Est. De Plantão Anual HMC | Quant. De Prof. HMSB | Est. De Plantão Anual HMSB | Valor Estimado Unitário | Valor Estimado Mensal | Valor Estimado Anual |
|------|--|---|---|---------------------------|---|----------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------------|
| | ou Título de especialista em ANESTESIOLOGIA reconhecido pela AMB e registrada pelo CRM | DEVERÁ ATENDER: 1. CIRURGIAS ELETIVAS; 2. CIRURGIAS URGENTES; 3. RECUPERAÇÃO PÓS ANESTÉSICA; 4. SEDAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DE IMAGEM; | 12 HORAS HORÁRIO: 19:00hs às 07:00hs Segunda a Domingo. OBSERVAÇÃO: AOS DOMINGOS a EMPRESA DEVERÁ DISPONIBILIZAR 04 MÉDICOS PRESENCIAIS PLANTÕES DIURNOS DAS 07:00hs às 19:00hs | | 12 HORAS HORÁRIO: 19:00hs às 07:00hs Segunda a Domingo. OBSERVAÇÃO: AOS DOMINGOS a EMPRESA DEVERÁ DISPONIBILIZAR 02 MÉDICOS PRESENCIAIS PLANTÕES DIURNOS DAS 07:00hs às 19:00hs | | | | |
| 02 | Diploma de Conclusão do Curso de Medicina. Comprovação do registro no Conselho Regional de Medicina-CRM. RQE – Residência Médica em ANESTESIOLOGIA reconhecida pelo CNRM; ou Título de especialista em ANESTESIOLOGIA | MÉDICO ANESTESIOLOGISTA SOBREAVISO SEM ACIONAMENTO E COM ACIONAMENTO As chamadas serão de acordo com a necessidade da Unidade | 02 MÉDICOS SOBREAVISO PLANTÕES NOTURNO HORÁRIO 19:00hs às 07:00hs Todos os dias da SEMANA | 732 | 01 MÉDICO SOBREAVISO PLANTÕES NOTURNO HORÁRIO 19:00hs às 07:00hs Todos os dias da SEMANA | 365 | R\$ ----- | R\$ ----- | R\$ ----- |



| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | OGIA reconhecido pela AMB e registrada pelo CRM | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

1) Declaro para os devidos fins que estão inclusas na proposta todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, lucro, frete, garantia, embalagem, transporte, armazenagem, tarifas, deslocamento de pessoal, lucro, seguro para entrega do bem no local indicado, impostos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

2) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Validade da Proposta: _____

Prazo de entrega: _____

Cuiabá-MT, XX de XXXX de 2024

Assinatura do Representante Legal

Nome: _____

RG _____

CPF: _____

ANEXO V

MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
(PAPEL TIMBRADO DO EMITENTE DO ATESTADO)

A empresa _____ CNPJ/MF nº _____, Inscrição Estadual Nº. _____ estabelecida na rua e/ou avenida _____ nº. _____, Telefone: _____, atesta para os devidos fins que a Empresa _____, com sede na _____, fornece/forneceu o objeto desta licitação, abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

01. _____;

02. _____;

03. _____.

Cidade/MT, ____ de _____ de 2024.

Representante Legal da Empresa emitente desse atestado e sua assinatura

RG e CPF/MF:

ANEXO VI

REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. n.º _____ SSP/____ e inscrito no CPF/MF n.º _____, representante da empresa _____, CNPJ/MF n.º _____, solicitamos na condição de **MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, quando da sua participação na licitação, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS N.º. ____/2023** seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 49 e seguintes da **Lei Complementar n.º 123/2006 e artigo 31 e seguintes da Lei Complementar Municipal n.º 192/2009 de 05 de outubro de 2009.**

Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 que impeçam a participação neste certame.

Declaramos também que:

() somos optante do simples nacional.

() NÃO somos optante do simples nacional.

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, **CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma do art. 8º da Instrução Normativa n.º. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.**

Cidade/MT, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ/MF da empresa

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO (EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A

EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS N.º. _____

TIPO: MENOR PREÇO

_____, (Nome da Empresa) CNPJ N.º. _____, sediada na _____, n.º. ____, bairro, _____, CEP _____, Município/Estado _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da presente licitação, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

- Está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, na forma da Lei 13.303/16;
- Não possuir em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7



º da Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 13.303/2016, com redação determinada pela Lei nº. 9.854/1999.

- Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos ou dirigente do Município de Cuiabá, exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
- Declara que não se encontra sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissoluções ou liquidações.
- Declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a licitação bem como demais anexos que o integram.
- Declara que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregado(s) executando trabalho degradante ou forçado e que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Cidade/MT, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

ANEXO VIII – VISTORIA TÉCNICA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICOS NA **ÁREA DE ANESTESIOLOGIA** PARA ATENDER OS HOSPITAIS: HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ DRº LEONY PALMA DE CARVALHO - HMC E HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB AMBOS GERIDOS PELA EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA – ECSP, CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

Declaramos, para fins de atendimento ao Pregão Eletrônico em Sistema de Registro de Preços nº ____/2024, que a Empresa _____, situada na _____, cidade ____/____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por seu representante legal abaixo assinado, vistoriou os locais onde serão realizados a prestação de serviços constatando as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, recebendo as informações técnicas pertinentes, para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Local,.....dede 2024.

Nome da Empresa/CNPJ

Nome do representante da Empresa

RG/CPF

EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA



OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICOS **NA ÁREA DE ANESTESIOLOGIA** PARA ATENDER OS HOSPITAIS: HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ DRº LEONY PALMA DE CARVALHO - HMC E HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB AMBOS GERIDOS PELA EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA – ECSP, CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

Declaramos para todos os efeitos legais que temos pleno conhecimento dos trabalhos a serem realizados, bem como, conhecemos todos os documentos e exigências inerente a execução do Objeto, bem como conhecemos os locais da prestação de serviços, deste certame e nos responsabilizamos pelo fato de não termos vistoriado os locais, tendo totais condições para realizar a efetiva execução dos serviços descritos no objeto do Edital do Pregão Eletrônico em Sistema de Registro de Preços nº ____/2024, sem prejuízos algum na sua efetiva execução, portanto, não nos utilizaremos destes argumentos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

Local,.....dede 2024.

Nome da Empresa/CNPJ
Nome do representante da Empresa
RG/CPF

ANEXO X – MODELO DE RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

| EMPRESA: | CNPJ: |
|---------------|---------|
| Profissionais | CREFITO |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Nome da Empresa/CNPJ
Nome do representante da Empresa
RG/CPF

ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DOS PROFISSIONAIS

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA



Eu, (inserir o nome), portador do Documento de Identidade nº (inserir número) e do CPF Nº (inserir número), residente e domiciliado em (inserir endereço), declaro que estou plenamente ciente e de acordo que participarei do Corpo Clínico, apresentado pela empresa (nome do proponente), CNPJ Nº (inserir número) que tem por objeto contratação de pessoa jurídica para prestação de **serviços de ANESTESIOLOGIA** para atender os Hospitais: Hospital Municipal de Cuiabá DrºLeony Palma de Carvalho - HMC e Hospital Municipal São Benedito – HMSB ambos geridos pela Empresa Cuiabana de Saúde Pública – ECSP.

Local, ____ de ____ de 2024

(CARIMBO (CRM), assinatura do médico)

ANEXO XII – DOCUMENTOS DE VERIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE

PRODUTIVIDADE AMBULATORIAL

Mês de Competência: _____

| Item | Procedimentos Realizados | |
|------|--------------------------|-----------|
| | Estimado em Contrato | Realizado |
| 01 | xxxxxxx | xxxxxxx |

| Item | ANESTESISTA | CRM |
|------|-------------|-------|
| 01 | ***** | ***** |
| 02 | ***** | ***** |
| 03 | ***** | ***** |

*Este relatório deverá ser acompanhado com a relação dos usuários atendidos contendo o nome, dia, horário ou qualquer outra informação necessária para fiscalização e comprovação dos serviços realizados.

Cuiabá, xx de xxxxx de 202x

Responsável Técnico da Contratada
Fiscal de Contrato da ECSP